



Governo do Distrito Federal  
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

<b>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL</b>	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026</b>	
Regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CODHAB e pelas demais legislações aplicáveis.	
<b>OBJETO</b>	Registro de Preços para aquisição de licenças software Microsoft, para atender às necessidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB.
<b>SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME</b>	
<b>Pregão Eletrônico</b>	Sistema Eletrônico Comprasgov site <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
<b>PROCESSO</b>	00392-00011016/2025-93
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ</b>	09h29min do dia 29/05/2026
<b>DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	09h30min do dia 29/05/2026
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>	As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
<b>FORMA DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO</b>	Eletrônica
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto
<b>UASG:</b>	925992
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL</b>	Sigiloso nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/Codhab e em conformidade com o contido no Item 20.1 do Termo de Referência - TR.

<b>DATA A CONSIDERAR PARA FINS DE REAJUSTE</b>	Será considerado a partir da data de apresentação da proposta ofertada pela licitante, na data de abertura da licitação.
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	Menor Preço Global
<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	Empreitada preço unitário
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA:</b>	Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos da Lei Distrital nº 4.611/2011
<b>PRAZO PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS</b>	Até 26/05/2026 no e-mail: <a href="mailto:licitacoes@codhab.df.gov.br">licitacoes@codhab.df.gov.br</a>
<b>PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO</b>	Até 22/05/2026 no e-mail: <a href="mailto:licitacoes@codhab.df.gov.br">licitacoes@codhab.df.gov.br</a>
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO</b>	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e o horário comercial desta Companhia de 8h às 12h e de 14h às 18h e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.
<b>OBSERVAÇÃO:</b> O Edital ficará disponível nos sítios <a href="https://www.codhab.df.gov.br/">https://www.codhab.df.gov.br/</a> ou <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> . Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> , não ensejando, portanto, qualquer responsabilização da Companhia por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio.	

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste Edital. O presente certame está em conformidade com o art. 20 do REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA Codhab /DF-RILC/ Codhab ([REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS \(RILC\) — CODHAB - ATUALIZADO 12/06/2024](#)) em consonância a Lei nº 13.303/16, o qual entrou em vigor pela Resolução SEI-GDF nº 228/2018, de 28 de junho de 2018, disponível no endereço eletrônico [www.Codhab.df.gov.br](http://www.Codhab.df.gov.br), e no que couberem os dispositivos relacionados a seguir: Decreto nº 3.722/2001, Leis Distritais nºs. 4.611/2011, 5.061/2013, Decretos Distritais: 32.767/2011, 39.860/2019, 43.982/2022, Lei Complementar nº 123/2006, e alterações posteriores, Lei nº 13.303/2016, bem como, as demais normas pertinentes aplicáveis ao procedimento do Pregão Eletrônico e do objeto, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelos servidores designados: pelo Diretor Presidente da Codhab, Pregoeiro e equipe de apoio, por intermédio da Instrução nº 10, de 14 de janeiro de 2026 - CODHAB/PRESI, publicada no DODF nº 13 de 21 de janeiro de 2026, e auxiliado pela equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, que terá, dentre outras, as

seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar a vencedora do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e homologação.

## **1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços com vistas à futura e eventual aquisição de licenças software Microsoft, para atender às necessidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo do Edital.

1.2. O presente Edital oferece às empresas os elementos necessários à apresentação de propostas para o fornecimento dos serviços, objeto da licitação, cujas especificações constam do Anexo I do Edital. As Especificações do Objetos, quantitativo estimado e suas etapas estão definidas no item 6 - Das Especificações e Quantitativos Estimados, item 7 - Definição e Especificação das Necessidades e Item 13 - Da Qualificação Técnica, em conformidade com o Termo de Referência - TR.

1.3. Haverá 01 (um) único vencedor na licitação, devendo a licitante interessada oferecer proposta para a integralidade do objeto.

1.4. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema *de Compras do Governo Federal: Compras.gov.br* e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, sem prejuízos dos demais documentos e certidões constantes deste edital.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.3. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, COMPRASGOV, obtida no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.5. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7. A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no sistema Comprasgov, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Administração, devidamente justificada.

2.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada pelo licitante imediatamente

ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

2.9. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento público e/ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório no caso de instrumento particular, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.10. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

2.11. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderá participar da presente licitação qualquer licitante que satisfaça às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

3.2. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001; ou

3.3. Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que sejam atendidas as exigências de habilitação, deste Edital.

3.4. A participação na licitação implica, automaticamente, a aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste Edital e de seus anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

3.5. Será realizada consulta, durante a fase de licitação e antes da contratação, de empresas suspensas ou declaradas inidôneas no Portal de Transparência do Distrito Federal, assim como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS da Controladoria Geral da União.

3.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente, ou celebrar contrato dela decorrente, pessoa jurídica:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.3. cujo administrador ou sócio seja diretor ou empregado desta Companhia;

3.6.4. suspensa por esta Companhia;

3.6.5. declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.6.6. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.7. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.8. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.6.9. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

3.6.10. que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Distrito Federal, com os demais Estados e seus Municípios e bem como com a União;

3.6.11. que estejam temporariamente suspensas de participar de licitação ou de contratar com a

Administração, em qualquer órgão ou entidade, seja federal, estadual, distrital ou municipal, da Administração Pública direta ou indireta. (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF)

3.6.12. que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s); e

3.6.13. também não poderão participar pessoas físicas não empresárias.

3.7. Aplica-se a vedação prevista item 3.6:

3.7.1. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

3.7.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

3.7.2.1. dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;

3.7.2.2. empregado da Codhab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

3.7.2.3. autoridade do ente público a que a Codhab está vinculada.

3.7.2.4. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codhab há menos de 6 (seis) meses.

3.8. A participação na licitação dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

3.9. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO**

4.1. Nos termos do RILC/Codhab, o instrumento convocatório poderá ser impugnado, motivadamente por qualquer interessado até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame, nos termos do item 4.6.1. e 4.6.2..

4.2. A Codhab deve processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 03 (três) dias úteis a contar do recebimento formal pela Comissão Permanente de Licitação – CPL da interposição.

4.3. Na hipótese desta Companhia não decidir a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para a realização do certame.

4.4. Compete à autoridade signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

4.5. Se a impugnação for julgada procedente, serão adotadas as seguintes medidas:

4.5.1. na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente, conforme o caso;

4.5.2. na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:

4.5.2.1. republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a formulação das propostas pelos interessados no certame; e

4.5.2.2. comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes.

4.5.2.3. se a impugnação for julgada improcedente, a Codhab comunicará a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

4.6. A impugnação poderá ser apresentada, exclusivamente, pelo endereço eletrônico [licitacoes@codhab.df.gov.br](mailto:licitacoes@codhab.df.gov.br), desde que seja apresentada por:

4.6.1. empresa, documento do pedido de impugnação devidamente assinado por sócio, ou pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador,

ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o edital);

4.6.2. no caso de pessoa física o documento deve conter nome completo, CPF, documento de identificação, endereço, e-mail e telefones atualizados, impreterivelmente.

4.6.3. decairá do direito de impugnar este Edital aquele que não o fizer até o prazo disposto no item 4.1, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.7. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar da licitação até a decisão administrativa final a ela pertinente.

4.8. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, o edital e seus anexos deverão ser ajustados e adequados, posteriormente, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal, ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no pedido para responder pela interessada.

## **5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

5.1. Nos termos do RILC/Codhab, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, nos termos do item 4.6.1. e 4.6.2., exclusivamente pelo endereço eletrônico [licitacoes@codhab.df.gov.br](mailto:licitacoes@codhab.df.gov.br), que deverão ser respondidos pela autoridade signatária do instrumento convocatório, em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2. As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados por e-mail e/ou no sistema eletrônico, na ABA da Licitação no sítio da CODHAB e passarão a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

5.3. Todos os prazos informados no presente Edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias úteis.

## **6. DO VALOR ESTIMADO**

6.1. Nos termos do RILC/Codhab, os valores estimados para certames com critério de julgamento pelo menor preço são sigilosos, em conformidade com o contido no Item 20.1 do Termo de Referência - TR, e no artigo 6º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB (RILC), o valor estimado da licitação será sigiloso.

6.2. Conforme processo administrativo instruído pela área demandante dos serviços, a Divisão de Tecnologia da Informação o valor estimado máximo do objeto não teve justificativa para sua divulgação, sendo, portanto, sigiloso, conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. Os valores ofertados deverão ser por preço global, compatíveis e em atendimento às especificações e quantitativos, quadros descritivos constantes dos Itens 6.1 Das Especificações e Quantitativos Estimados e complementares com as especificações contidas no Item 7 do Termo de Referência - TR, anexo I do Edital. Definição e Especificação das Necessidades, a proposta será efetuado de acordo com as etapas dos fornecimentos, devidamente medido e atestado pela área responsável, e o descrito no item 09 - Da Entrega das Licenças, do Termo de Referência - TR - Anexo I do Edital.

7.3. Não será admitida a prática conhecida como "jogo de planilha", caracterizada pela alteração indevida dos preços unitários em relação à planilha orçamentária de referência da Codhab, mediante superfaturamento de itens com maior quantitativo e subfaturamento de itens com menor quantitativo, bem como pela manipulação de quantitativos durante a execução contratual, com finalidade de obtenção de vantagem indevida, ainda que mantido o valor global da proposta e **independentemente da manutenção do valor global da proposta.**

7.4. A Administração poderá desclassificar a proposta que apresente indícios de prática de ‘jogo de planilha’, assim considerada a distorção relevante e injustificada entre os preços unitários ofertados pela licitante e os preços unitários constantes da planilha orçamentária e/ou da pesquisa de preços elaborada pela CODHAB, especialmente quando verificado superfaturamento de itens de maior impacto financeiro ou subfaturamento de itens de menor relevância econômica, capazes de transferir indevidamente riscos contratuais ou gerar vantagem econômica futura à contratada.

7.5. A aferição poderá considerar, de forma isolada ou conjunta:

7.5.1. I – a compatibilidade dos preços unitários com os valores referenciais constantes da pesquisa de preços da Administração;

7.5.2. II – a representatividade financeira dos itens no contexto da composição global da proposta;

7.5.3. III – a existência de desequilíbrio artificial entre itens correlatos;

7.5.4. IV – o potencial de alteração econômica da proposta em razão de aditivos quantitativos ou qualitativos durante a execução contratual.

7.6. Verificada a ocorrência de distorções relevantes sem justificativa técnica, econômica ou mercadológica plausível, a proposta poderá ser desclassificada, mediante decisão motivada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, ainda que o valor global ofertado permaneça inferior ao orçamento estimado pela Administração.

7.7. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

7.7.1. A ausência de documentos necessários e previamente estabelecidos em edital ensejará na inabilitação da licitante, em estrito cumprimento às regras editalícias e em atendimento ao princípio da vinculação do instrumento convocatório. Poderão ser realizadas diligências, que obedecerão a isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao edital e a competitividade sem favorecimento indevido a licitantes. ( Exemplos de diligências: certidão ilegível, atestado técnico com informação incompleta, balanço sem página identificada, dúvida sobre assinatura digital, confirmar autenticidade, validar certidão em site oficial, conferir CREA/CAU/CRC, consultar Junta Comercial, confirmar CAT / acervo técnico, sanear erro formal/material, verificar exequibilidade da proposta, erro de digitação em CNPJ, data equivocada evidente e planilha com soma aritmética errada sem alterar preços unitários).

7.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.9. Conforme o caso, a área demandante poderá listar outros documentos, assim descritos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

7.10. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.11. Os arquivos deverão ser enviados nas regras aceitas pelo sistema, preferencialmente compactados em ZipFile (extensão: “.zip”) ou em formato PDF. Os nomes dos arquivos não deverão conter espaços “em branco” nem caracteres especiais, conforme recomendações para o envio de Anexos/Planilhas do sistema Comprasgov.

7.12. Os arquivos deverão estar liberados para leitura, sem senhas ou qualquer outro impedimento para sua abertura, sob pena de desclassificação da licitante.

7.13. Não será aceita outra forma de envio da documentação nessa fase da licitação.

7.14. Após transcorrido o prazo conforme item 7.1, não será considerado o envio de qualquer documento complementar ou retificador, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência, ou requisitados pelo pregoeiro no caso do julgamento da habilitação ocorrer após o julgamento das propostas.

7.15. Os preços unitários e totais da proposta a ser encaminhada pelo sistema Comprasgov não poderão exceder a 02 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor.

- 7.16. Nos preços constantes da Proposta deverão estar inclusos todos os custos, diretos e indiretos, além dos encargos de qualquer natureza (seguros em geral, direitos autorais, royalties, taxas, encargos e custos financeiros, impostos, tarifas, fretes e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias).
- 7.17. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.
- 7.18. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.
- 7.19. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o encerramento da etapa de lances.
- 7.20. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.20.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.20.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.21. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.21.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.21.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.22. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo, quando do cadastramento da proposta, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Codhab, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.23. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.24. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de lances.
- 7.25. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento da etapa de lances, observado o prazo mínimo contado da solicitação do pregoeiro no sistema.
- 7.26. As microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar no 123/2006), deverão se declarar como tais, em campo próprio do sistema eletrônico, desde que não enquadradas nas hipóteses do § 4º, do art. 3º daquela lei.
- 7.27. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências do Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.28. Somente serão consideradas as propostas que visem o fornecimento do objeto acabado, não cabendo à Codhab qualquer responsabilidade quanto ao fornecimento de matéria-prima ou componentes destinados ao fornecimento do objeto cotado.
- 7.29. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante. Que deverá

atender aos princípios da moralidade: exige dos licitantes, contratados e dos agentes públicos conduta lícita, íntegra, compatível com os bons costumes e com as regras da boa administração e os licitantes devem observar as normas e condições estabelecidas no edital, desde que estejam em conformidade com a legislação aplicável em vigor. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

7.30. A Licitante deverá observar rigorosamente as disposições deste Edital e seus anexos. Na hipótese de haver divergência entre as especificações do objeto constantes no Comprasgov e aquelas previstas neste Edital e em seus Anexos, prevalecerão, para todos os efeitos, as regras, condições e especificações estabelecidas no instrumento convocatório da Codhab.

7.31. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes do término da fase de lances, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.32. Todas as condições estabelecidas nos anexos serão tacitamente aceitas pelo proponente.

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO E DA ETAPA DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará a conformidade da proposta exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada, cabendo em caso de dúvida diligenciar o setor solicitante.

8.3. Será desclassificada a licitante cuja proposta preenchida no sistema identifique o licitante antes do término da fase de lances.

8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3.3. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Todas as propostas cadastradas terão seus valores considerados como lances na fase de disputa.

8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. O licitante somente deverá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1. Para tanto deverá ser observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.8. Observado o item acima, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.10. Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor inicialmente proposto no sistema, para efeito da classificação final.

8.11. A etapa de envio de lances na sessão pública, por ser no modo de disputa aberto, durará dez minutos e, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da referida fase, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.12. O intervalo mínimo de diferença de entre os lances deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais),

aplicável tanto para os lances intermediários quanto ao lance destinado a superar a melhor oferta vigente. O descumprimento do intervalo mínimo estabelecido poderá ensejar o cancelamento do lance ou a desclassificação do fornecedor, especialmente em caso de reincidência no não atendimento à presente regra.

8.12.1. O valor estipulado no item anterior se fundamenta na Lei das Estatais que permite regras procedimentais que aumentam a eficiência e a racionalidade da disputa, e que os valores estipulados estão alinhados aos princípios da proposta mais vantajosa, isonomia e competitividade.

8.12.2. Base legal: Art 31, caput: "Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo."

8.12.3. Base legal: "§1º, do Art 54 § 1º Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório e poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto". Uma vez que não impede a participação e não direciona vencedor, apenas busca organizar a dinâmica dos lances, evitando reduções com valores irrisórios com reduções simbólicas.

8.12.4. Além de buscar estimular que os licitantes realizem previamente análise criteriosa da sua estrutura de custos e da viabilidade econômica de suas propostas, favorecendo a apresentação de lances mais responsáveis e condizentes com a execução contratual. O citado intervalo contribui para otimizar o procedimento de disputa e contribui para evitar o prolongamento excessivo da disputa e que pode comprometer a eficiência do procedimento licitatório, sem gerar ganhos reais para a administração.

8.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.16. Serão observados os procedimentos para o caso de participação de ME e/ou EPP para aplicação dos critérios de desempate.

8.17. Na hipótese do item anterior a convocação será via sistema, e deverão ser observados os prazos, sob pena de preclusão do direito.

8.18. Em caso de empate, os critérios serão aplicados nos termos dos normativos próprios de pregão eletrônico, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais.

8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto em normativos específicos do procedimento de pregão eletrônico, nesta ordem:

8.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

8.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado por:

8.21.1. empresas brasileiras;

- 8.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei n.º 12.187/2009](#).
- 8.22. Na hipótese de não constatar os termos previstos no art. 45 da Lei Complementar 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.23. O disposto no Artigo 45 da Lei Complementar 123/2006 somente será aplicado quanto a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.24. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.25. O Pregoeiro poderá avocar a qualquer tempo a Súmula 473 do STF "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

## **9. DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES**

- 9.1. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico e no caso do sistema eletrônico permanecendo acessível somente aos licitantes para o envio dos lances, o Pregoeiro, assim que possível, dará continuidade ao certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.2. Sempre quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 01 (uma) hora ou havendo inoperância do sistema por motivos alheios à vontade desta Companhia, a sessão pública será suspensa, e será reiniciada no próximo dia útil subsequente, no mesmo horário previsto na data de abertura da licitação constantes no edital.
- 9.3. Alertamos que quando se fizer necessário a suspensão da sessão da presente licitação, todas as sessões posteriores e devidamente suspensas pelo pregoeiro, ocorrerão sempre no mesmo horário estabelecido para a abertura da licitação, ficando desde já a estabelecida a **Convocação de todos os licitantes**. Portanto não poderão alegar desconhecimento futuro da ausência nas sessões públicas.

## **10. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- 10.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a), poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta.
- 10.2. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o estimado para a contratação.
- 10.3. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.4. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item anterior, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.
- 10.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.
- 10.6. Se não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, e nenhuma das licitantes classificadas em ordem subsequente atender aos requisitos de habilitação, o item ou a licitação será declarado fracassado
- 10.7. Exitosa a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento.
- 10.8. Ao analisar a proposta classificada em primeiro lugar, verificará se o licitante, melhor classificado, atende às condições de participação no certame, podendo ser convocado pelo Pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, dos documentos complementares, em que poderá ser solicitada a prorrogação do prazo com as devidas justificativas a serem encaminhadas pelo licitante.
- 10.8.1. A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer excepcionalmente nas seguintes

situações:

- 10.8.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou
- 10.8.1.2. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.
- 10.9. Durante a etapa de julgamento da proposta será realizada a verificação quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 10.9.1. SICAF;
  - 10.9.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da CGU;
- 10.10. Conforme o item anterior, o pregoeiro desclassificará as que:
  - 10.10.1. contenham vícios insanáveis;
  - 10.10.2. descumpram especificações técnicas constantes do Edital;
  - 10.10.3. apresentem preços manifestamente inexequíveis, que sejam inferiores ao custo de produção, acrescidos os encargos legais. Nesta hipótese o licitante poderá ser convocado pelo pregoeiro para envio de documentos para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, se não demonstrado, será desclassificado;
  - 10.10.4. se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
  - 10.10.5. não ofertarem a totalidade do item em sua Proposta de Preços;
  - 10.10.6. Proposta de Preços que contenham vícios insanáveis;
  - 10.10.7. **deixarem de apresentar quaisquer dos documentos de habilitação ou o fizerem de maneira incompleta ou incorreta;**
  - 10.10.8. não enviarem a Proposta e os Documentos de Habilitação dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro (a) no Chat do sistema;
  - 10.10.9. quando a licitação for exclusiva, aquelas que não estiverem em condição de entidade preferencial;
- 10.11. O critério a ser utilizado na avaliação, julgamento, adjudicação e homologação das propostas será o de menor preço global e o regime de execução do contrato será pelo valor unitário.
- 10.12. O (a) Pregoeiro (a) poderá se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como à área requisitante dos serviços/bens objeto deste certame, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos serviços/bens cotados, definindo nova data para a continuidade da sessão pública, que será suspensa administrativamente com registro em Ata.
- 10.13. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos da Lei 13.303/2016 e do RILC/Codhab ([REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS \(RILC\) — CODHAB - ATUALIZADO 12/06/2024](#));
- 10.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada, em estrito cumprimento a vinculação ao instrumento convocatório.
- 10.15. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 10.16. Na hipótese de nenhuma proposta atender integralmente as condições e especificações previstas no Edital e seus anexos, a licitação será declarada fracassada.
- 10.17. Nos casos de novo arrematante, os prazos serão os mesmos do primeiro arrematante, a partir da convocação, que se dará por mensagem efetuada pelo Pregoeiro, e será procedida negociação.
- 10.18. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item

anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente e as sanções previstas no RILC da CODHAB.

10.19. A proposta de preços atualizada devidamente adequada ao preço negociado, deverá ser enviada no prazo, informado pelo Pregoeiro no Chat do sistema Comprasgov, juntamente com documentação, se for o caso, contado da solicitação no sistema.

10.20. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante fundamentação registrada na Ata do certame e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos do item 7.7.1 do edital.

10.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.22. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do dispositivos que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.23. Verificado o atendimento das exigências do Edital, a proponente melhor classificada será declarada vencedora.

10.24. Os documentos remetidos em formato eletrônico **poderão** ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.

10.25. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para o endereço citado abaixo, em uma via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante legal da empresa, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, contendo razão social, CNPJ, Inscrição Estadual ou Distrital, se houver, de acordo com o definido nos itens de proposta e de documentos de habilitação, dispostas sequencialmente de acordo com os itens do Edital:

À Comissão Permanente de Licitação.

CPL/PRESI/Codhab

Ao (à) Pregoeiro (a) Glauber Teodoro Faria.

Pregão Eletrônico PE 04/2026.

Setor Comercial Sul - Quadra 06, Lotes 13/14, Bloco "A", Asa Sul CEP 70.306-918 Brasília - DF

## **11. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

11.1. A Proposta de Preços deverá conter, sob pena de desclassificação, os seguintes elementos:

11.2. Valor total da proposta de preços ofertado pela licitante para o fornecimento dos serviços, constantes dos Itens 6.1 Das Especificações e Quantitativos Estimados e especificações contidas no Item 7. Definição e Especificação das Necessidades, previsto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, observados os quantitativos a serem fornecidos.

11.3. Deverá ser apresentada em língua portuguesa, em nome da proponente, contendo endereço, números do CNPJ e Inscrição Estadual ou do Distrito Federal; em papel timbrado, datada e assinada pelo seu representante legal assim constituído nas formas previstas neste Edital, com as especificações em conformidade com o solicitado, contendo a indicação de todas as características dos serviços/bens cotados, com descrição clara e detalhada do item ofertado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes do Anexo I deste Edital, informar os dados bancários nos termos do Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011 e suas alterações.

11.4. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega.

11.5. Nos preços unitários e no valor total de cada item deverão ser utilizadas 02 (duas) casas decimais, havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor, desconsiderando-se as

demaís. Devem ser apresentados em moeda nacional, expressos em algarismos e por extenso. Havendo divergência entre o valor em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

11.6. Conter valores unitários, bem como o total (de acordo com a quantidade do item e/ou do prazo de fornecimento estabelecido no Termo de Referência), em que para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados por esta Companhia. O desrespeito a essa condição levará o certame a ser considerado fracassado, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.

11.7. Conter declaração de que no valor proposto estejam incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita execução dos serviços, inclusive despesas com eventuais projetos, materiais, mão de obra, especializada ou não, cadastros dos serviços executados, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, e demais regulamentos e municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto da licitação, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Companhia.

11.8. Conter declaração de que irá executar os serviços de acordo com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital, inclusive no tocante a prazos de execução e de entrega.

11.9. Planilha de Preços elaborada em papel timbrado da licitante constando os quantitativos dos serviços a serem executados a serem fornecidos/ aplicados/instalados pela licitante com os respectivos preços unitários e total;

11.10. Indicação dos prazos de execução e vigência do contrato, conforme definido no Termo de Referência quanto aos prazos de execução dos serviços.

11.11. Para efeito de uniformização das propostas, recomenda-se utilizar o Modelo do TR constantes dos Itens 6.1 Das Especificações e Quantitativos Estimados e especificações contidas no Item 7. Definição e Especificação das Necessidades.

11.12. No caso de discordância entre os preços unitários e o total resultante de cada item prevalecerão os primeiros e ocorrendo discordância entre os valores numéricos e os por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

## **12. CAPÍTULO III - PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

12.1. Por força do que dispõe a Lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Decreto federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:

12.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

12.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.4. Havendo algum defeito na regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, contado do julgamento da habilitação ou, na hipótese de inversão de fases, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.5. Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

12.6. disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

12.7. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste Regulamento.

12.8. Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

12.9. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações pelos modos aberto ou fechado sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.10. Na modalidade de Pregão Eletrônico, o intervalo percentual estabelecido no subitem 3.4.1 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

12.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido nos itens abaixo, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.12. Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, será mantida a ordem de classificação original do certame.

12.13. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.14. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço no prazo fixado pelo instrumento convocatório, após o encerramento da fase competitiva, sob pena de preclusão

12.15. Não se aplica o sorteio disposto no Item anterior quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

12.16. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço no prazo fixado pelo instrumento convocatório, após o encerramento da fase competitiva, sob pena de preclusão.

12.17. O disposto somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.18. No caso do Pregão Eletrônico, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por Item e/ou lote em situação de empate, sob pena de preclusão do direito.

12.19. Nas contratações da Codhab será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito do Distrito Federal, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, e para tanto:

12.20. Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos Itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

12.21. Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à contratação de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.22. Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

12.23. Na hipótese dos pagamentos destinados às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, ocorrerão exclusivamente à Contratada;

12.24. Os benefícios referidos poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, até o limite de 10% (dez por

cento) do melhor preço válido, conforme previsão contida neste instrumento convocatório, a qual deverá ser precedida de justificativa nos autos do processo administrativo de contratação para a adoção do benefício e do percentual previsto.

12.25. Não se aplica o disposto quando:

12.26. Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no Distrito Federal e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

12.27. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

### **13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO**

13.1. Encerrada a fase de julgamento da proposta, o pregoeiro e a equipe de apoio verificarão a documentação de habilitação (jurídica, fiscal e trabalhista, econômico financeira e técnica) da licitante, observado que serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação conforme relacionados abaixo.

13.1.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

13.1.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.1.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.1.2.2. Atualização de documentos válidos até a data de abertura, cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.2. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital de licitação, após solicitação e com prazo mínimo definido pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo prorrogável por igual período desde que justificado pelo licitante e aceito pelo pregoeiro, ou de ofício nos casos previstos neste item.

13.3. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação ou de inabilitação, conforme o caso.

13.4. A habilitação preliminar dos licitantes será verificada por meio de consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (habilitação parcial) e sem prejuízos da documentação complementar especificada neste Edital, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.5. A documentação exigida para atender aos itens referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF (Consulta Situação de Fornecedor) como habilitação parcial.

13.6. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo "Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, ou com requisito exigido para habilitação neste certame e não compreendido no sistema, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

13.7. A consulta ao SICAF será realizada para fins de habilitação parcial, sem prejuízo da apresentação complementar de documentos exigidos no edital, devendo as licitantes encaminharem toda a documentação exigida, sob pena de desclassificação na fase de habilitação.

13.8. A exigência do subitem anterior também se aplica àquelas licitantes não cadastradas junto ao SICAF.

13.9. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

13.10. Em todas as hipóteses de apresentação dos documentos de habilitação não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

13.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

13.12. Serão observadas as condições dispostas no item 11.15 do Edital na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação.

13.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais será exigida nos termos de regulamento específico, que disponha acerca do tratamento preferencial e simplificado, nas contratações públicas, concedido a essas entidades, consoante o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**13.14. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR:**

13.15. inscrição no registro público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em caso de empresa individual;

13.15.1. ato constitutivo ou estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

13.15.2. inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em caso de sociedade simples;

13.15.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.15.4. para comprovação do ramo de atividade e do capital social, quando for o caso;

13.15.5. documento de identificação dos sócios e/ou representantes legais.

**13.16. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR:**

13.16.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo à sede da licitante;

13.16.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

13.16.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional mediante apresentação da certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

13.16.4. Certificado de regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa.

13.16.5. Prova de regularidade com as Fazendas Pública da sede da licitante.

13.16.6. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Economia do Distrito Federal, em plena validade, ou:

13.16.7. Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal deverá ser apresentada a declaração referida no item anterior ainda que como licitante não cadastrado no Distrito Federal Federais, em plena validade.

13.16.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão positiva com efeito de

negativa, conforme Lei no 12.440, de 07/07/2011.

13.16.9. Observação: Os documentos deste item que não tiverem expresso o prazo de validade deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias, exceto aqueles que legalmente precisem ser apresentados em prazo inferior.

### **13.17. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR:**

13.17.1. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício — DRE e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigível, apresentados na forma da lei, aptos a comprovar a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a substituição por balancetes, balanços provisórios ou documentos contábeis sem registro/autenticação competente.

13.17.2. As demonstrações contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e por contador ou profissional contábil legalmente habilitado, com indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade — CRC, acompanhadas da respectiva comprovação de registro ou autenticação perante o órgão competente, conforme a natureza jurídica da licitante.

13.17.3. Para as empresas obrigadas à Escrituração Contábil Digital — ECD/SPED Contábil, a comprovação poderá ocorrer mediante apresentação do recibo de entrega/autenticação da ECD, contendo o Balanço Patrimonial, a DRE e demais demonstrações contábeis do exercício exigível. A ECD substitui os livros contábeis em papel e contempla Livro Diário, Livro Razão e livros de balancetes, balanços e fichas de lançamento, conforme orientação oficial do Gov.br.

13.17.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar o Balanço de Abertura, devidamente registrado/autenticado no órgão competente, ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, acompanhado dos respectivos termos de abertura e encerramento, quando aplicável.

13.17.5. As demonstrações contábeis poderão ser atualizadas por índices oficiais quando encerradas há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta, desde que o critério de atualização esteja expressamente demonstrado pela licitante.

13.17.6. A comprovação da boa situação da empresa será verificada através dos índices contábeis abaixo e será inabilitada a licitante que não comprová-los para o último exercício.

ILC: Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00; ILG: Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00;

SG: Solvência Geral igual ou superior a 1,00.

Fórmulas de Cálculo:

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-ÑC)$$

$$SG = AT / (PC + P-ÑC)$$

Siglas:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ALP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-ÑC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

13.18. As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto deste certame, que deverá recair sobre o montante que pretenda recorrer. Para efeito de comprovação serão verificados no Balanço Patrimonial além do Ato Constitutivo Empresarial, conforme o caso, exigidos neste Edital.

13.19. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de

execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 1 (um) ano contados da data da sua apresentação;

13.20. Às empresas em recuperação judicial, a sua participação depende de apresentação do plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo Poder Judiciário e que comprove que as obrigações estão sendo todas cumpridas.

**13.21. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR, BEM COMO A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 13 - DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL:**

13.22. De maneira a comprovar sua qualificação técnica para participação no certame, os licitantes deverão cumprir as seguintes exigências: apresentar Atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente. O (s) atestado (s) deverá (ão):

13.23. Para o fornecimento dos serviços constante do escopo do Termo de Referência anexo I deste Edital, a empresa a empresa deve ter experiência comprovada com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica - ACT, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão operacional da empresa, semelhantes ou de igual complexidade, por meio de (01) um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, estabelecida em território nacional;

13.23.1. No caso de apresentação de mais de 1 (um) atestado, a verificação da compatibilidade será efetuada pela área técnica considerando o descrito em cada documento.

13.23.2. Serão aceitos somatórios de atestados para comprovação de capacidade técnica;

13.23.3. Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);

13.23.4. No caso de emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;

13.24. Será permitido o somatório de atestados para comprovação da área mínima exigida, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante.

13.25. Todos os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser apresentados com todas as informações legíveis.

13.26. Todos os documentos apresentados deverão estar:

13.26.1. em nome da licitante e preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo;

13.26.2. em nome da matriz/sede;

13.26.3. se a licitante for filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz/sede e da filial simultaneamente.

13.26.4. serão dispensados de serem apresentados com os dados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, só possam ser emitidos em nome da matriz/sede.

13.27. Deverão ser rigorosamente atendidos os requisitos de qualificação técnica estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

13.28. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**14. APRESENTAÇÃO DA DAS DECLARAÇÕES**

14.1. Como condição de habilitação o licitante deverá, se satisfizer as condições, declarar em campo próprio do sistema eletrônico Comprasgov, bem como, preencher e enviar as declarações específicas que se referem aos normativos do Distrito Federal, conforme modelos constantes nos anexos do edital e/ou na relação a seguir:

14.1.1. Declaração de Inexistência de Fatos impeditivos, em que declarará, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

14.1.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

14.1.3. Declaração que não utiliza mão de obra infantil no fornecimento do serviço objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

14.1.4. Declaração Lei 6.679/2020 Equidade Salarial;

14.1.5. Declaração referente ao cumprimento do Decreto Distrital 39.860/2019, de 30/05/2019, e suas alterações.

14.2. O licitante deverá apresentar todos os anexos constantes do Edital, devidamente assinados pelo representante legal sob pena de desclassificação. Não serão aceitos declarações ou documentos apócrifos.

14.3. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

15.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, devendo registrar sua intenção em campo próprio do sistema.

15.2. O interessado deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, pelo sistema eletrônico.

15.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

15.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

15.6. A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão do pregão, implicará decadência do direito da licitante de recorrer, podendo o pregoeiro propor a adjudicação do (s) objeto (s) à(s) vencedora(s).

15.7. Apresentados os recursos tempestivamente, caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões, no prazo de 05 (cinco) dias e a autoridade competente desta Companhia à decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão nos termos do RILC/Codhab e da legislação vigente.

15.8. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação do objeto e homologação.

15.9. A adjudicação será realizada pelo valor global do item, para a licitante vencedora que ofertar o menor valor global.

15.10. A adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico compete exclusivamente à autoridade competente.

15.11. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato no prazo e condições definidos neste edital.

## **16. DA CONTRATAÇÃO**

16.1. O fornecedor será convocado para assinar ou receber o respectivo instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei no Regulamento Interno desta Companhia e pela Lei Federal nº 13.303/2016 e alterações subsequentes.

16.2. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ou instrumento equivalente, ou deixar de entregar a documentação exigida neste Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará sujeito às sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.3. O prazo para assinatura do contrato, ou instrumento equivalente será de acordo com o Termo de Referência anexo I deste Edital, a partir a intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Codhab.

16.4. A recusa em assinar o contrato, sem motivo justificado, devidamente aceito pela CODHAB, implica as sanções cabíveis à espécie.

16.5. O instrumento contratual poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 81 da Lei nº 13.303/2016, no RILC desta Companhia.

16.6. Quando do contrato, será exigido da licitante vencedora, a apresentação da inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF, como contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, para empresa estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, nos termos da Lei nº. 5.319, de março de 2014.

16.7. Para emissão das Notas Fiscais a contratada deverá considerar cumprimento ao Decreto Distrital nº 43.982/2022 (Institui o Sistema de Gestão, Fiscalização e Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e dá outras providências), Art. 1º Fica instituído no âmbito do Distrito Federal o Sistema de Gestão, Fiscalização e Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

16.8. Por ocasião da celebração do contrato e quando couber conforme disposto no Termo de Referência, a licitante vencedora deverá a prestação de uma das seguintes garantias:

16.8.1. caução em dinheiro,

16.8.2. seguro-garantia;

16.8.3. fiança bancária.

16.9. A garantia não excederá a 2% (dois por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no § 3º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

16.10. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

16.11. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

16.11.1. somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

16.11.2. poderá, a critério desta Companhia, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

16.11.3. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

16.11.4. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada inexecução contratual.

16.11.5. A licitante contratada deverá apresentar a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, conforme estabelecido na Lei nº. 6.679, de 24 de setembro de 2020.

16.11.6. A comprovação referente ao cumprimento da equidade salarial será apresentada no prazo de

5 (cinco) dias consecutivos, contado da assinatura do contrato e prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez.

16.11.6.1. A empresa que não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial no ato do chamamento para assinatura do contrato pode apresentar, no mesmo prazo estabelecido no item anterior, plano para adoção das ações elencadas no inciso II, do art. 2º, da Lei nº 6.679, de 24 de setembro de 2020, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 (noventa) dias consecutivos.

16.12. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, no RILC desta Companhia, na Lei 13.303/16.

16.13. É facultado à Codhab, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, conforme o disposto no RILC desta Companhia.

16.14. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CODHAB, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações desta Companhia, na Lei 13.303/16.

16.15. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o RILC desta Companhia e a Lei 13.303/2016, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital.

16.16. O critério para repactuação, quando couber, deverá demonstrar a variação analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela.

16.17. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto n.º 32.598/2010).

16.18. É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

17.1. As obrigações da Contratada e da Contratante estão previstas nos itens subsequentes deste Edital, bem como naqueles constantes do Termo de Referência - Item 11 Das Obrigações da Contratante e no Item 12 - Das Obrigações da Contratada e Item 24 do Confidencialidade de Informações, além das disposições constantes do contrato administrativo ou instrumento equivalente.

17.2. À CONTRATADA recomenda-se, antes da licitação:

17.3. Vistoriar o local de entrega dos serviços objeto da licitação, devendo verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, etc.;

17.4. Compete à CONTRATADA fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os componentes integrantes da documentação técnica fornecida pela Codhab para o fornecimento dos serviços, bem como as demais documentações fornecidas nos anexos.

17.5. Dos resultados desta verificação preliminar, que será feita antes da licitação deverá a licitante dar imediata comunicação por escrito à Codhab, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado nos documentos, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito fornecimento dos serviços pleiteados.

17.6. Fica pressuposta a concordância tácita de todas as condições e conhecimento sobre a região de fornecimento da execução dos serviços e de conhecimento pleno dos projetos e especificações, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.

17.7. Caberá à CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, mão-de-obra, máquinas e aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição,

reparo e seguro, visando o andamento satisfatório do objeto e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

17.8. A Contratada responderá única e integralmente pelo fornecimento dos serviços pelos seus empregados, na forma da legislação em vigor.

17.9. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

17.9.1. Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Governo do Distrito Federal, ou a terceiros;

17.9.2. Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.

17.10. Também deverá observar as obrigações previstas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17.11. Caberá à Contratante nomear executor (es) do Contrato a ser celebrado com a empresa de no mínimo 01 (um) titular e 01 (um) suplente.

17.12. A presença de servidores da Codhab /DF durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados, não implicará em solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pelo fornecimento/ execução do serviço na forma da legislação em vigor.

17.13. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da Codhab quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

17.14. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos fornecimentos/ serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;

17.15. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à entrega/execução dos serviços, nos horários previamente acordados;

17.16. Solicitar reparo, correção, remoção, substituição, alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;

17.17. Notificar, por escrito, a CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

17.18. Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

## **18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no item 09, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. A Contratada deverá cumprir o estabelecido no item 14 do Termo de Referência, e para efeito de pagamento, a CONTRATADA, também, deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

19.1.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

19.1.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

19.1.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

19.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011.

19.1.5. Certidão de Negativa, referente a Débitos junto à União;

19.2. Serão aceitas as Certidões Positivas de Efeitos Negativas nos casos previstos na legislação

pátria.

19.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

19.4. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

19.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

19.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

19.7. Caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos.

19.8. A multa será formalizada conforme art.180 do RILC/Codhab e na forma da Lei nº 13.303/2016 oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

19.9. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

19.10. Também deverão ser consideradas as especificidades do item 16 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às sanções em conformidade com o RILC/Codhab e com a Lei 13.303/16 bem como aquelas previstas no Item 25. Das Sanções do TR, anexo I deste Edital;

20.2. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo RILC/Codhab e suas alterações, previstas neste Edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Codhab pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

20.3. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC e pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, mediante o devido processo administrativo, garantida a prévia defesa, sujeitar-se às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

20.3.3. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos;

20.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente;

20.5. As sanções previstas nos incisos I e III deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;

20.6. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros;

- 20.7. A aplicação da sanção de advertência importa na comunicação desta à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não;
- 20.8. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão;
- 20.9. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- 20.9.1. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- 20.9.2. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar federal nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- 20.9.3. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- 20.9.4. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
- 20.9.5. Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- 20.9.6. No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% (dez por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- 20.9.7. No caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% (vinte por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- 20.9.8. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia;
- 20.9.9. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF para fins de registro;
- 20.9.10. O não pagamento da multa ensejará a execução da garantia contratual, proporcionalmente;
- 20.10. Caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos;
- 20.11. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;
- 20.12. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);
- 20.13. O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal;
- 20.14. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;
- 20.15. Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CODHAB/DF poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente

enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente;

20.16. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada;

20.17. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CODHAB/DF às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

20.18. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.19. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.20. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODHAB/DF em virtude de atos ilícitos praticados;

20.21. As práticas enquadradas que tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação., conforme disposto no Código de Conduta das Empresas Fornecedores da CODHAB/DF e nos termos do Decreto Distrital nº 37.296/2016, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicará na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito;

20.22. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei federal nº 12.846/2013 e demais normas distritais que regem a matéria;

20.23. As sanções devem ser aplicadas conforme as disposições do Anexo III do RILC/Codhab, que disciplina o Procedimento Sancionatório.

20.24. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas as seguintes condições:

20.25. Razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

20.26. Danos resultantes da infração;

20.27. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

20.28. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza; e

20.29. Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

## **21. CLÁUSULA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO OBJETO**

21.1. É vedada à contratada a subcontratação, cessão, transferência ou qualquer forma de delegação, total ou parcial, conforme especificado nos itens 15.4 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

21.2. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação por órgãos ou entidades que não participaram do certame licitatório (vedada a utilização por 'caronas').

21.2.1. A execução indireta ou por terceiros somente poderá ocorrer mediante autorização formal e motivada da Administração, condicionada ao atendimento integral das disposições constantes deste Edital, da minuta contratual e das obrigações específicas previstas no Termo de Referência relativas à subcontratação, inclusive quanto aos limites, responsabilidades e procedimentos de fiscalização.

21.2.2. A inobservância do disposto nesta cláusula caracteriza falta grave, podendo ensejar a imediata rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no RILC/CODHAB, na legislação vigente e neste Edital.

21.2.3. Esta vedação atende ao disposto da Lei nº 13.303/2016, que condiciona a subcontratação à previsão no edital e à autorização expressa da Administração, permanecendo vedada qualquer transferência de obrigações que comprometa a execução direta e a responsabilidade da contratada perante a CODHAB/DF.

## **22. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E**

## **RESPONSABILIZAÇÕES**

22.1. A Licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital e demais etapas da prestação de serviços especificadas no Termo de Referência anexo do Edital.

22.2. A Licitante Declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

22.3. É vedado a Licitante a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

22.4. A Licitante fica obrigada a notificar a Codhab, em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

22.5. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas as sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

22.6. A Licitante será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à Codhab e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela Licitante de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

22.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

22.8. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

22.9. Por ocasião da assinatura do contrato, a(s) Licitante (S) vencedora(s) do certame, deverá seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. Todo e qualquer pedido e alteração do Contrato, oriundo deste Edital, será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

23.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Codhab.

23.3. A licitante vencedora ficará obrigada a prestar os serviços descritos no Contrato, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;

23.4. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública em todas as unidades e esferas da Federação.

- 23.5. Ao Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 62 da Lei nº 13.303/2016.
- 23.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei nº. 13.303/2016, art. 81, § 5º).
- 23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.8. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação por órgãos ou entidades que não participaram do certame licitatório (vedada a utilização por 'caronas').
- 23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.10. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 23.11. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 23.12. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 23.13. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 23.14. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 23.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.16. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de comunicação às interessadas.
- 23.17. O resultado de julgamento do certame estará disponível no sistema Comprasgov.
- 23.18. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 23.19. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), pelo endereço eletrônico [licitacoes@codhab.df.gov.br](mailto:licitacoes@codhab.df.gov.br).
- 23.20. É proibido a qualquer empresa participante tentar impedir o curso normal do presente processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme legislação vigente.
- 23.21. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação.
- 23.22. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.23. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.24. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

## 24. DOS ANEXOS

24.1. Integram este Edital e do Termo de Referência - TR, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 24.1.1. ANEXO I : Termo de Referência
- 24.1.2. ANEXO II : Análise de Riscos
- 24.1.3. ANEXO III : Minuta de Contrato
- 24.1.4. ANEXO IV : Modelo de Proposta
- 24.1.5. ANEXO V : Modelo de Declaração ME/EPP
- 24.1.6. ANEXO VI : Modelo de Declaração Inexistência Fatos Impeditivos
- 24.1.7. ANEXO VII : Modelo de Declaração Lei 5.061/2013
- 24.1.8. ANEXO VIII: Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
- 24.1.9. ANEXO IX : Modelo de Declaração Lei 6.679/2020
- 24.1.10. ANEXO X : Modelo de Declaração Decreto Distrital 39.860/2019

Brasília, 12 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBER TEODORO FARIA - Matr.0001355-2, Presidente da Comissão**, em 14/05/2026, às 15:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **202999867** código CRC= **54408E41**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 12/13 - Bairro Asa Sul - CEP 70306-918 -  
Telefone(s):  
Sítio - [www.codhab.df.gov.br](http://www.codhab.df.gov.br)



Governo do Distrito Federal  
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
Presidência  
Divisão de Tecnologia da Informação

Termo de Referência n.º 3/2026 - CODHAB/PRESI/DIVTEC

## TERMO DE REFERENCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços com vistas à futura e eventual aquisição de licenças **software** Microsoft, para atender às necessidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - Codhab

### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços operacionais, aprimoramento e atualização do ambiente tecnológico desta Companhia.

2.2. Além disso, a utilização das soluções Microsoft traz benefícios técnicos significativos, destacando-se pela sua confiabilidade, usabilidade e capacidade de interoperabilidade com outras soluções tecnológicas já existentes. A aquisição de licenças deve englobar não apenas a subscrição dos direitos de uso de softwares já em uso, como o Sistema Operacional e o Pacote Office, mas também a inclusão de novos serviços que atendam a demandas emergentes, incluindo suporte aos servidores ativos e aos novos servidores e empregados públicos, previstos para ingresso em 2026. Essa expansão é essencial para assegurar o atendimento contínuo das demandas, aprimorar as atividades desenvolvidas, com vistas a uma melhor produtividade e qualidade dos trabalhos.

2.3. A continuidade do uso dos produtos da plataforma Microsoft mitiga os custos de treinamento dos usuários e das equipes técnicas, migração e configuração de ambientes e mudança de cultura organizacional. Uma alteração para outras plataformas não seria técnica e economicamente viável em curto e médio prazo, sem afetar a qualidade dos serviços.

2.4. Atualmente, o fornecimento de licenças da Microsoft é realizada por meio do Contrato nº **007/2020**, firmado com a empresa **Brassoftware Informática Ltda**, que também inclui a garantia de atualização das versões. Este contrato está em seu **5º Termo Aditivo** e já atingiu o limite máximo de 60 meses, impossibilitando sua renovação.

2.5. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB dispõe de **245 licenças** provenientes do processo SEI 00392-00011648/2019-17) e foi avaliado a necessidade de novas licenças para complementar o quantitativo do quadro de servidores e empregados públicos desta Companhia.

2.6. A estimativa para aquisição de novas licenças foi fundamentada em um levantamento criterioso da infraestrutura de máquinas virtuais atualmente em uso, aliado à previsão de expansão para contemplar cenários ideais de escalabilidade, disponibilidade e continuidade operacional. Esse processo considerou tanto o parque tecnológico existente quanto a necessidade de garantir a manutenção para os serviços institucionais.

2.7. **Dentre os principais resultados a serem alcançados com a contratação, pode-se destaca:**

2.7.1. Acesso a produtos atualizados de software licenciados, garantindo a modernização e a

ampliação e melhores níveis de segurança, integridade e consistência de dados e informações manipulados e armazenados no ambiente;

2.7.2. Melhoria da integração entre diversas soluções Microsoft, otimizando os fluxos de trabalho e elevando a produtividade. Suporte à garantia de estabilidade e alta disponibilidade dos serviços e sistemas mantidos;

2.7.3. Minimização de riscos de falha de segurança dos componentes de TI proporcionados pela integração das ferramentas de segurança com as de uso comum dos usuários;

2.7.4. Preservação dos investimentos e aproveitamento do conhecimento técnico com sistemas desenvolvidos e mantidos, como também os serviços de comunicação unificada, serviços de bancos de dados, sistemas operacionais e outros recursos envolvidos na contratação;

2.7.5. Evolução das soluções desenvolvidas, através da adição de compatibilidade com novas tecnologias de integração, segurança, desempenho, colaboração e inovação; e Melhora do nível de segurança, confiabilidade e escalabilidade dos serviços.

### 3. **ALINHAMENTO AO PDTI DA CODHAB 2024-2027**

3.1. A presente contratação atende à necessidade e à ações abaixo descritas, previstas no PDTIC: 12.1.1.4.3 e no Plano de Contratações Anual: 4.4.90.40.25.00.001.12802.

3.2. Necessidade prevista no PDTI Ação do PDTIC - Contratações Planejadas Item 12.1.1.4.4

### 4. **REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES**

4.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda - DOD e os Estudos Técnicos Preliminares - ETP acostados no presente processo.

### 5. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

5.1. A contratação obedecerá ao disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, no Decreto nº 45.011, de 27 de setembro de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME n. 65 de 7 de julho de 2021 bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório.

5.2. Por tratar-se de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade serão objetivamente definidos no presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, aplicar-se-á o disposto no Art.25, parágrafo único da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, sendo a modalidade definida Pregão Eletrônico.

5.3. Desse modo, fica definida como forma de seleção do fornecedor **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento **MENOR PREÇO**.

5.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

5.5. A proposta comercial deverá ser entregue, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto deste Termo de Referência, como também, todos os tributos, encargos sociais, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

5.6. **A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, prospectos, catálogos ou equivalentes para fins de análise da comprovação da especificação exigida para todos os itens deste Termo de Referência.**

### 6. **DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTIMADOS**

6.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE ESTIMADA</b>
<b>1</b>	MICROSOFT 365 APP FOR ENTERPRISE	367
<b>2</b>	OFFICE 365 E3	10
<b>3</b>	POWER BI PRO	4
<b>4</b>	WINDOWS SERVER 2025 STANDARD	1

7. **DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES**

<b>ITEM</b>	<b>SOFTWARE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	MICROSOFT 365 APP FOR ENTERPRISE	Conjunto de aplicativos do Microsoft Office, incluindo Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Teams e outros. Oferece atualizações contínuas, recursos avançados de produtividade, segurança aprimorada e integração nativa com serviços na nuvem Microsoft	367
02	OFFICE 365 E3	Pacote corporativo que inclui aplicativos do Office, e-mails corporativos via Exchange Online, ferramentas colaborativas como Teams e SharePoint, além de funcionalidades de segurança e gerenciamento avançadas. Ideal para ambientes que exigem comunicação centralizada e produtividade integrada em nuvem.	10
03	POWER BI PRO	Licença voltada à análise de dados e criação de dashboards interativos. Permite compartilhamento e colaboração em relatórios, atualização automática de	4

		fontes de dados e integração com diversas plataformas corporativas. Indicado para tomada de decisão baseada em dados.	
04	WINDOWS SERVER 2025 STANDARD	Sistema operacional de servidor projetado para gerenciamento seguro e eficiente de redes, arquivos e aplicações corporativas. Suporta virtualização básica, oferece recursos avançados de segurança, controle de acesso e integração com ambientes híbridos.	1

## 8. DA GARANTIA E MANUTENÇÃO

8.1. Deverá ser oferecida manutenção e suporte técnico pelo prazo de vigência das licenças de software adquiridas a contar da disponibilização da solução;

8.2. A manutenção deverá garantir a atualização de versões dos softwares.

8.3. O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento, manutenção e fornecimento de novas versões e modificações (updates e upgrades) para os produtos contratados.

8.4. Deverá, ainda, ser informada ao contratante página na Internet, do fabricante do(s) software(s), onde estejam disponíveis, últimas versões do(s) software(s) e informações sobre correções e reporte de problemas, sem restrições de acesso público ou via cadastramento de pessoas autorizadas para o acesso. A página deverá conter, ainda, documentação técnica detalhada do(s) software(s) contratado(s).

8.5. A garantia técnica deverá ser realizada pelo próprio fabricante ou por Assistência Técnica Autorizada com capacidade de atendimento em Brasília/DF, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia, excluindo-se a possibilidade de falta de cobertura por manutenções realizadas sem habilidade técnica necessária.

8.6. Nos casos em que a garantia técnica for prestada por meio de Assistência Técnica Autorizada, deverão ser divulgados, pelo fabricante, inclusive por meio de sítio na internet, para fins de identificação, o nome e o telefone da(s) Assistência(s) que prestará(ão) atendimento, bem como declaração do fabricante.

8.7. Todo software utilizado para o perfeito desempenho das funções dos produtos deverá ser assegurado durante todo o período de garantia, com correção de todas as possíveis falhas apresentadas e atualizações nas versões dos softwares, ocorridas no período, sem acarretar ônus para a CODHAB.

8.8. Fazem parte da garantia e terão seus custos cobertos pelo contrato as reprogramações dos sistemas que não estejam em funcionamento adequado, correções de falhas de software (bugs), bem como o acesso a versões atualizadas de módulos de software (updates, firmware, etc) disponibilizadas pelo fabricante da solução durante o prazo contratado.

8.9. O serviço de garantia deverá contemplar as manutenções corretivas e o saneamento de

todos os vícios e defeitos que a solução porventura venha apresentar

8.10. Todas as licenças e itens fornecidos devem possuir garantia por um período mínimo de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo da solução.

8.11. A garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de entrega efetiva de todas as licenças, pelo fiscal do contrato, do termo de recebimento definitivo e aceite das licenças aposto na respectiva nota fiscal das licenças fornecidas.

8.12. A contratada deve possuir pelo menos um contato permanente de atendimento (e-mail, whatsapp, etc) para abertura dos chamados de garantia e suporte técnico, comprometendo-se a manter registros destes constando a descrição do problema. As respostas ao chamado devem ser fornecidas com o prazo de 2 dias úteis.

8.13. Todo chamado de suporte técnico será registrado pela CODHAB, com as informações básicas sobre o chamado (data e hora da abertura, descrição do defeito, código de identificação da licença, localização, contatos, etc). O registro será enviado para a empresa de Assistência Técnica responsável pelo atendimento para solução do defeito apresentado na licença com defeito, com as informações registradas na abertura do chamado.

8.14. Antes da abertura do chamado técnico junto à CONTRATADA, as licenças serão analisadas pelos técnicos da Codhab, que verificarão a ocorrência de erros possíveis. Por esse motivo, em caso de necessidade de acionamento da garantia, a abertura de chamado técnico na CONTRATADA deverá passar por um processo simplificado, de forma a reduzir o tempo de abertura do chamado.

8.15. As eventuais despesas decorrentes de mão de obra mais especializada, bem como de ferramentas para a execução de serviços, correrão por conta da Contratada;

8.16. O início da garantia se dará após a emissão do Termo de Conferência emitido pela equipe de Divisão de Tecnologia da Informação - DIVTEC, que é responsável pela conferência das licenças de informática adquiridos pela CODHAB;

## **9. DA ENTREGA DAS LICENÇAS**

9.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega das licenças no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota Fiscal de Todas as licenças e deverão ser entregues com a documentação técnica completa e os respectivos certificados de autenticidade;

9.2. Conferência do quantitativo de licenças entregues, conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência;

9.3. Após a entrega, a CONTRATADA será responsável pelo apoio da instalação e configuração inicial das licenças, garantindo o pleno funcionamento das soluções adquiridas conforme as especificações do Termo de Referência;

9.4. O suporte para instalação deverá ser concluída no prazo máximo de 5 dias úteis, contados a partir da entrega das licenças;

9.5. Treinamento (quando aplicável): Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

9.6. Caso se veja impossibilitada de cumprir com o prazo estipulado no item anterior, a Contratada deverá, por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes de expirado o prazo, solicitar prorrogação do prazo e apresentar justificativas;

9.7. O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo, quando for o caso, deverá ser encaminhado à fiscalização da Contratante, que poderá, de modo justificado, acolher ou não o pedido;

9.8. O objeto adjudicado somente será considerado entregue quando emitido o Termo de

## Recebimento Definitivo dos Bens pela Contratante.

### 10. GARANTIA

10.1. Será exigida a prestação de garantia pela futura CONTRATADA, no percentual de 5% **(dois por cento)** do valor total do contrato, nos termos do Art. 126 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC, e, no que couber, do Art. 70 da Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

10.2. Em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC, e no que couber, com a Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), a garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

10.2.1. Caução em dinheiro;

10.2.2. Seguro-Garantia; ou

10.2.3. Fiança bancária;

10.3. Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá efetuar depósito em conta corrente da Companhia, mediante dados bancários fornecidos pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOFI;

10.4. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, da CODHAB, no art. 126, inciso II, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.5. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

10.6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa com referência ao valor total do contrato, a ser definida pela contratante.

10.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso XII do art. 155 do Regimento Interno de Licitações e Contratos – RILC, da CODHAB.

10.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017, e por consequência atendendo os requisitos da Lei 13.303/2016.

10.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de.

10.10. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

10.11. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.12. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.13. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

10.14. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.15. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta especificada pela mesma.

10.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.18. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.19. Será considerada extinta a garantia:

10.20. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.21. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado.

10.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.23. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

10.24. A CONTRATADA deverá prestar garantia técnica solidária com o fabricante dos respectivos softwares, sem ônus adicional, pelo período de 90 (noventa) dias, contra eventuais defeitos de fabricação ou falhas de qualquer natureza, ressalvado a má utilização ou negligência do usuário.

10.25. Durante a vigência do prazo proposto pelo fabricante da solução ofertada, a contratada substituirá os produtos que se façam necessários, sem quaisquer ônus para a CODHAB.

10.26. Durante o período de subscrição a Contratada atualizará os softwares entregando CD/DVD ou disponibilizará para downloads, sem ônus adicionais para o Contratante, novas versões ou releases dos softwares, se for o caso;

10.27. A atualização de que trata o item anterior deverá ocorrer em um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de lançamento da nova versão ou release.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo, qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exija medidas corretivas por parte da Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.2. Comunicar à Contratada qualquer anormalidade ocorrida na entrega das licenças, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente sanadas.

11.3. Recusar o recebimento e solicitar a correção dos itens que não estejam em conformidade com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.

11.4. Efetuar os pagamentos nas condições e valores pactuados, desde que não haja impedimento legal, mediante crédito na conta corrente da Contratada, por meio de ordem bancária, no domicílio bancário informado para essa finalidade.

- 11.5. Emitir Nota de Empenho (NE) em favor da CONTRATADA.
- 11.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 11.7. Requisitar somente o tipo de material objeto do presente Termo de Referência.
- 11.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo executor e, das certidões de regularidade fiscal e trabalhista (GDF, UNIÃO FGTS e CNDT da Justiça do Trabalho).
- 11.9. As providências que ultrapassarem as competências do Executor serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas necessárias ao restabelecimento da situação de normalidade do contrato.
- 11.10. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA nas dependências das unidades da CODHAB/DF, desde que, seus empregados estejam com crachá de identificação.
- 11.11. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 11.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TI.

## 12. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Entregar as licenças em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas deste Termo de Referência e do Instrumento Convocatório, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.2. A CONTRATADA terá um prazo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega do material pleiteado.
- 12.3. Sanar, durante o prazo de validade da manutenção e suporte técnico, quaisquer irregularidades observadas pelo Contratante, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, após recebimento da notificação.
- 12.4. Caso os produtos fornecidos não sejam de fabricação nacional, deverá ser apresentada original ou cópia autenticada da respectiva Declaração de Importação ou comprovação de que os mesmos foram adquiridos de empresas no mercado nacional que quitaram todos os tributos previstos em lei.
- 12.5. Promover imediata substituição dos itens em decorrência de defeitos de fabricação ou em virtude de erros de fornecimento ou desaprovação por parte da CODHAB/DF.
- 12.6. Prestar informações e esclarecimentos, verbais ou por escrito, sempre que solicitado pela Contratante.
- 12.7. Comunicar previamente e por escrito eventuais atrasos, anormalidades ou paralisações, prestando os esclarecimentos e justificativas julgadas necessárias, pelo que serão avaliados e, por extensão, decididos pelo executor e pela CODHAB/DF.
- 12.8. Requisitos técnicos Declaração de capacidade de comercialização de produtos Microsoft.
- 12.9. A licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta, declaração informando está apta e autorizada a comercializar os produtos e/ou serviços objeto da licitação. A critério da Administração, considerando o alto volume financeiro envolvido e que os produtos são fornecidos diretamente pela Microsoft, poderá ser necessário diligenciar o fabricante, visando obter informações sobre credenciamento e/ou autorização deste para com o licitante.

12.10. Requisitos de Manutenção e Suporte.

12.11. Durante todo o período de vigência do Contrato, a empresa a ser contratada deverá fornecer suporte básico aos softwares do fabricante MICROSOFT, a ser acionado por meio de central de atendimento disponível por meio de sítio na internet, e-mail e telefone, sem custo adicional ao CONTRATANTE para consultas, aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise, durante 24(vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, obrigatoriamente em português brasileiro. Manter durante toda a execução todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.12. Não poderá haver limitação para o número de chamados técnicos registrados no período da vigência do contrato.

12.13. A forma de atendimento dos chamados técnicos será preferencialmente remota, podendo ser realizada presencialmente quando necessário ou recomendável. No caso de atendimento remoto, a CONTRATADA deve informar por e-mail o fiscal técnico do Contrato, assim que o atendimento for iniciado, e após sua conclusão, contendo evidências das atividades executadas. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser previamente combinada com o CONTRATANTE.

12.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

12.15. Apresentar Nota Fiscal de acordo, a qual deverá conter todos os custos envolvidos e eventuais descontos porventura concedidos, bem como cópias das Certidões de regularidade fiscal e trabalhista com o Distrito Federal, União, FGTS, INSS e CNDT da Justiça do Trabalho.

12.16. Promover o fornecimento do material dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observados, especialmente, os endereços, dias e horários fixados no Termo de Referência.

12.17. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CODHAB/DF.

12.18. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CODHAB/DF.

12.19. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CODHAB/DF.

12.20. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

12.21. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

12.22. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, para o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede ou matriz econômica seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal;

12.23. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

12.24. Abster-se de veicular publicidade ou divulgar qualquer informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização da CODHAB.

12.25. A contratada será responsável por qualquer prejuízo que venha causar a Codhab em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ligadas ao produto objeto da contratação.

12.26. A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos produtos objeto da contratação.

12.27. Entregar as licenças no prazo máximo definido neste Termo, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.

12.28. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos e condições não sejam cumpridas;

12.29. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, incluindo o período da garantia dos produtos, as informações relativas à política de segurança.

12.30. A CONTRATADA está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar no 105/2001 e da LGPD, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

### 13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. **Capacidade Técnico-Operacional:** Para fins de comprovação da capacidade técnica, a licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, que comprove ter fornecido e/ou gerenciado licenças e subscrições de softwares de produtividade corporativa e serviços de nuvem de natureza, complexidade e características técnicas similares ao objeto deste Termo de Referência.

13.1.1. Para o atendimento da exigência acima, serão consideradas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo a comprovação de fornecimento anterior de, **no mínimo, 50% (cinquenta por cento)** do quantitativo estimado para os itens principais, conforme abaixo:

13.1.2. Ter fornecido ao menos: **183 licenças** de suíte de aplicativos de produtividade corporativa (equivalente ao Microsoft 365 App for Enterprise);

13.1.3. Ter fornecido ao menos: **5 licenças** de pacotes de produtividade em nuvem avançados (equivalente ao Office 365 E3);

13.2. **Qualificação Técnica Sustentável (Sustentabilidade e Acessibilidade):** Em atendimento às diretrizes de sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG) aplicadas à Tecnologia da Informação:

13.2.1. A licitante deverá comprovar, por meio de declaração ou atestado técnico, que os softwares fornecidos atendem aos padrões e requisitos de **Acessibilidade**, garantindo usabilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

### 14. DO PAGAMENTO

14.1. Para efeito de pagamento, as futuras CONTRATADAS deverão apresentar os documentos abaixo relacionados:

14.1.1. I - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

14.1.2. II - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

14.1.3. III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

14.1.4. IV - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais.

14.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

14.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente do fornecedor, descrição do objeto fornecido.

14.4. As faturas com valores superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser liquidadas mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente no Banco de Brasília S/A – BRB, conforme estabelece o decreto Distrital 32.767/2011, desde que a empresa seja sediada no Distrito Federal. Nos demais casos, a liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela futura CONTRATADA.

## 15. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. O objeto deverá estar de acordo com as especificações constantes no Item 04 deste Terni, atender ao Art. 39, inciso VIII, da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do consumidor), atender às normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (INMETRO) ou se normas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

15.2. Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá protocolar solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente justificado, e o novo prazo previsto para a entrega.

15.3. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo contratante na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a contratada da decisão proferida.

15.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 16. DA PERMISSÃO CONSÓRCIO OU SUBCONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC, JUSTIFICANDO-SE A DECISÃO

16.1. É vedada a participação de empresas em consórcio, pois não há questões de alta complexidade e de relevante vulto, as quais impeçam a participação isolada de empresas e assim justificar a união de esforços. Neste tipo de objeto, a participação em consórcio não amplia o leque de concorrentes, apenas aumenta a complexidade administrativa da gestão contratual.

## 17. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

17.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida

pelo Contratante a tais documentos.

17.2. O Termo de Confidencialidade e sigilo da Contratada, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Anexo deste Termo de Referência.

## 18. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

18.1. O objeto desta licitação não deverá ser parcelado, por se tratar de um único item, não cabendo separação dos componentes que compõem a solução.

18.2. As melhores práticas de gestão em TI se baseiam na integração dos serviços, que são indissociáveis e apresentam inter-relação entre si, de forma que assegurem o alinhamento e a coerência em termos de qualidade técnica, resultando assim, no perfeito atendimento dos princípios da celeridade, economicidade e eficiência.

## 19. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

19.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos CODHAB, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência

19.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

19.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

19.5. À Equipe de Fiscalização compete, entre outras atribuições:

19.5.1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

19.5.2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;

19.5.3. Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;

19.5.4. Encaminhar à autoridade competente os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

## 20. DO SIGILO OU NÃO DO CUSTO ESTIMADO

20.1. Nos termos do artigo 6º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB (RILC), o valor estimado da licitação será sigiloso, facultando-se, porém, que seja divulgado, desde que conste a devida justificativa.

20.2. Dessa forma, conforme análise constante do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 10/2020 – PGDF/PGCONS, cabe ao gestor motivar a escolha pelo sigilo do orçamento-base, considerando as circunstâncias e características do objeto de cada uma das licitações.

20.3. Assim, o presente item deste Termo de Referência contém a análise a respeito da liberação ou não do sigilo do custo estimado.

20.4. Faz-se oportuno recordar, de início, que o objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição de licenças de informática;

20.5. Nesse sentido, o primeiro aspecto a consignar é que, a manutenção do sigilo terá eficácia, uma vez que os orçamentos se baseiam em valores de mercado e preços públicos.

20.6. **Portanto, sugere-se que a licitação seja realizada por meio da modalidade Pregão conforme Instrução Normativa nº 94/2022 com julgamento pelo critério de menor preço. A estimativa de custo da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.**

## 21. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. Para a entrega das licenças será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e da proposta de preços da licitante vencedora.

## 22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Encerrado o processo licitatório, a Codhab convocará a licitante vencedora que mantiver a sua proposta para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar a ata, cuja minuta integra este edital e que, após publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

22.2. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela administração

22.3. Ao assinar a ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a realizar o fornecimento a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência e Edital, em seus módulos e na proposta de preços apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

22.4. Por ocasião da assinatura da ata, a Codhab realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados de sua publicação;

## 23. DA JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Para a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) a motivação está enquadrada na seguinte hipótese conforme normativo:

23.2. (...)

23.3. **I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**

23.4. **II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;**

23.5. **IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.**

23.6. (...)

23.7. A adoção do SRP para a aquisição dessas licenças permite que esta Companhia atue de forma proativa, assegurando disponibilidade imediata de recursos sem a necessidade de processos licitatórios individualizados para cada nova demanda, reduzindo prazos e garantindo eficiência

operacional. Além disso, tal modalidade confere previsibilidade orçamentária, mitigando riscos de descontinuidade na execução de serviços essenciais

23.8. Dessa forma, a contratação sob o modelo de SRP não apenas atende aos ditames legais aplicáveis, mas também representa uma medida de governança eficiente e responsável, permitindo que a Codhab disponha da infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições com segurança tecnológica e orçamentária.

## 24. **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**

24.0.1. A CONTRATADA compromete-se a manter em caráter confidencial, mesmo após a eventual rescisão do contrato.

24.0.2. A CONTRATADA deverá concordar e assinar Termo de Confidencialidade especificado no Anexo deste Termo de Referência.

## 25. **DAS SANÇÕES**

25.1. Com fundamento no Art. 158 do RILC da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, nos artigos 82 e 83 da Lei Federal nº. 13.303/2016, e das demais legislações vigentes, no caso de atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, assegurada a prévia e ampla defesa e facultada à CODHAB/DF, em todo caso, a rescisão unilateral do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

25.1.1. I - Advertência;

25.1.2. II - Multa nos seguintes casos:

25.1.3. em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

25.1.4. em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

25.1.5. pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

25.1.6. no caso de atraso na entrega da garantia contratual, prevista no subitem 8.1, incidirá multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

25.1.7. nos demais casos de atraso, incidirá multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

25.1.8. no caso de inexecução parcial, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

25.1.9. no caso de inexecução total, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

25.1.10. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a CONTRATADA deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia;

25.1.11. Havendo concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF para fins de registro;

25.1.12. O não pagamento da multa ensejará a execução da garantia contratual, proporcionalmente;

25.1.13. Caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos.

25.1.14. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

25.1.14.1. a) Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);

25.1.14.2. b) O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

25.1.14.3. c) A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

25.1.14.4. d) Se a sanção de que trata o caput deste item 28.1.14 for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CODHAB/DF poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

25.1.14.5. e) A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

25.1.15. As sanções previstas nos incisos I e III do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, em processo apartado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

25.1.16. Também serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

25.1.16.1. - impedimento de licitar e contratar;

25.1.16.2. - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.2. Na aplicação da sanção prevista no caso de multa será facultada a defesa do interessado no prazo estabelecido conforme Regulamento Interno de Licitações, contado da data de sua intimação.

25.3. A aplicação das sanções em casos de circunstâncias agravantes ou atenuantes ou s danos que dela provierem para a Administração Pública, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.3.1. A comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

25.3.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

25.3.3. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

25.3.4. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

25.3.5. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

25.3.6. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

25.3.7. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

25.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

25.5. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

25.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

25.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

25.8. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

25.8.1. I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

25.8.2. II - pagamento da multa;

25.8.3. III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

25.8.4. IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

25.8.5. V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

25.9. A sanção pelas infrações previstas exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 26. **DA SUSTENTABILIDADE**

26.1. A empresa deverá assegurar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade ambiental e social estabelecidos nos documentos normativos e legais aplicáveis, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional sustentável e minimizar o impacto ambiental de suas atividades. Para tanto, quando aplicável.

## 27. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. 1.1. Nos preços apresentados deverão constar todas as despesas, custos, impostos e taxas que incidirão no fornecimento e instalação do material.

28. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

28.1. A Comissão será composta, pelos seguintes colaboradores desta Companhia:

28.2. Equipe de Planejamento da Contratação instituída pela Instrução Nº 364, de 27 de agosto de 2025:

28.3. A Comissão será composta, pelos seguintes colaboradores desta Companhia:

28.4. I – DANIELLE MIGUEL COSTA – Matrícula: 1189-4;

28.5. II – LUCAS MUNIZ SOUZA SILVA – Matrícula: 1253-X;

28.6. III – MARCOS VINÍCIUS LIMA RAIMUNDO – Matrícula: 1200-9

28.7. A Comissão deverá atentar-se as Diretrizes existentes para o tema, em especial ao constante no [DECRETO Nº 45.011, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023](#), na [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), bem como no [Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Codhab](#).

28.8. Conforme IN 94/2022 SLTI/MP, a Equipe de Planejamento da Contratação será automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

29. **DO FORO**

O Foro para dirimir eventuais conflitos acerca do presente objeto de contratação deverá ser o do Distrito Federal, Circunscrição Judiciária de Brasília - DF.

30. **ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

30.1. ANEXO I - Termo de Confidencialidade e Sigilo da Contratada;



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE MIGUEL COSTA - Matr.0001189-4, Assessor(a) Sênior**, em 06/05/2026, às 14:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MUNIZ SOUZA SILVA - Matr.0001253-X, Coordenador(a) de Suporte**, em 06/05/2026, às 14:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VINICIUS LIMA RAIMUNDO - Matr.0001200-9, Coordenador(a) de Sistemas**, em 06/05/2026, às 14:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HONÓRIO GERMANO DA SILVA GURGEL - Matr.0001199-1, Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação**, em 06/05/2026, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: [http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador= 202145328](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=202145328) código CRC= **FD21D56A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 12/13 - Bairro Asa Sul - CEP 70306-918 -  
Telefone(s):  
Sítio - [www.codhab.df.gov.br](http://www.codhab.df.gov.br)

---

00392-00011016/2025-93

Doc. SEI/GDF 202145328



Governo do Distrito Federal  
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
Presidência  
Divisão de Tecnologia da Informação

Análise de Riscos - CODHAB/PRESI/DIVTEC

**INTRODUÇÃO**

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreve e avalia as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de Contratação.**

**MATRIZ DE RISCOS**

ITEM	CATEGORIA DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO DE RISCOS
	PLANEJAMENTO	Requisitos para contratação	Requisitos ou descrições dos itens insuficientes ou excessivos.	Diante das exigências, um único fornecedor atendeu aos requisitos, podendo implicar em preços elevados na contratação.	Realizar revisões das descrições dos itens e dos requisitos da contratação junto aos Setores para atender à demanda, sem extrapolar as exigências além do necessário, com a intenção de abranger o maior número possível de fornecedores.	CONTRATANTE
	LICITAÇÃO	Impugnação do Edital	Exigências restritivas, omissões ou desconformidade legal, que possam gerar questionamentos por parte dos licitantes	Necessidade de correção e republicação do edital com alteração de prazos. Prejuízo na continuidade dos trabalhos.	Submeter o edital à revisão da equipe técnica e do Departamento Jurídico.	CONTRATANTE

1	EXECUÇÃO	Ausência de demandas totais ou parciais por parte da Contratante	Falta de demanda, alterações nas diretrizes da CONTRATANTE	Frustração de expectativa de receita por parte da CONTRATADA.	Constar no contrato que não haverá ressarcimentos em caso de não solicitação de todas as demandas por parte da CONTRATANTE.	CONTRATADA Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá arcar com riscos desde que previsto expressamente no contrato.
2		Atraso na entrega do produto por culpa da contratada	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada.	Atraso no cronograma físico-financeiro. Impacto nas entregas da CODHAB	Notificação para cumprimento do cronograma previsto. Apuração de responsabilidade contratual.	CONTRATADA
3		Falta de qualidade dos produtos	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada. Falta de clareza no repasse da demanda.	Reprovação do produto. Retrabalho. Atraso no cronograma físico-financeiro.	Documento da demanda com objetivo e claro. Aplicação dos índices de avaliação dos produtos. Apuração de responsabilidade contratual.	CONTRATADA
4		Produto inservível	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada.	Reprovação do produto. Retrabalho. Atraso no cronograma físico-financeiro. Eventual necessidade de ressarcimento ao erário. Rescisão contratual.	Aplicação dos índices de avaliação dos produtos. Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	CONTRATADA
5		Não entrega do produto	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada.	Atraso no cronograma físico-financeiro. Eventual necessidade de ressarcimento ao erário. Rescisão contratual.	Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	CONTRATADA
6		Ausência de padronização na entrega do produtos	Ausência de modelo padrão. Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da	Impacto na execução dos produtos. Retrabalho. Atraso no cronograma	Estabelecer modelo padronizado, quando for o caso. Aplicação dos índice de avaliação	CONTRATADA

			contratada	físico-financeiro.	dos produtos. Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	
7	Equipe técnica insuficiente	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada. Incapacidade financeira da contratada. Falta de pessoal técnico devido ao êxodo de pessoal para outras regiões/países		Impacto na execução dos produtos. Atraso no cronograma físico- financeiro. Não cumprimento das condições contratuais	Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	CONTRATADA
8	Fraude documental	Utilizar pessoal técnico sem as capacidades técnicas e experiências exigidas nos documentos da Licitação e sem o conhecimento/ consentimento da CONTRATANTE; utilizar Responsável Técnico - RT ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissionais que não elaboraram os PRODUTOS/demandas do contrato; utilizar equipe técnica sem atender integralmente aos requisitos estabelecidos		Falta de confiança na qualidade do PRODUTO. Dano ao erário público. Crime. Suspensão/ encerramento do Contrato. Revisão dos PRODUTOS entregues anteriormente à identificação dos procedimentos ilícitos.	Gestão contratual eficiente (verificação das documentações dos profissionais contratados, verificação da regularidade dos profissionais junto aos seus Conselhos Profissionais). Multa. Abertura de processo administrativo. Impedimento de participação em licitações futuras.	CONTRATADA
9	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do objeto próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Falta de planejamento da contratada.		Eventual aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial	CONTRATADA
10	Desistência/abandono do Contrato por parte da CONTRATADA	Falta de capacidade técnica operacional. Gestão deficiente da contratada. Falta de		Atraso no cronograma físico-financeiro. Necessidade de nova	Gestão contratual eficiente (verificação constante da mão de	CONTRATADA

			capacidade financeira da contratada.	licitação. Impacto nas entregas da Codhab nos projetos do PAC. Dano à imagem da Codhab	obra técnica e saúde financeira da CONTRATADA). Convocação dos remanescentes da licitação. Apuração de responsabilidade contratual. Ciência ao Ministério dos Transportes. Execução da Garantia Contratual	
11	FATO DE ADMINISTRAÇÃO	Eventos de significativo impacto econômico-financeiro ao contrato, decorrentes de situações que configurem fato da administração que não foram alocados anteriormente à contratada	Situações que configurem fato da administração não foram alocados anteriormente à contratada Variação	Eventual aumento do custo do produto e/ou do serviço. Atraso do cronograma físico-financeiro	Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	CONTRATANTE
12	CASO FORTUITO/ FORÇA MAIOR	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do objeto que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Contratante, que comprovadamente repercuta no preço do Contratado.	Situações que configurem caso fortuito ou força maior e que não foram alocados anteriormente à contratada Variação	Eventual aumento do custo do produto e/ou do serviço. Atraso do cronograma físico-financeiro	Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	CONTRATANTE E CONTRATADA
13	ORÇAMENTO	Insuficiência de disponibilidade orçamentária	Não aprovação da LOA conforme as solicitações da Contratante.	Atraso no cronograma físico-financeiro. Impacto nas entregas	Solicitar suplementação orçamentária. Suspender a execução	CONTRATANTE

			Contingenciamentos e/ou cancelamentos durante os exercícios fiscais na vigência do contrato.	da Codhab	contratual.	
14		Descontinuidade ou modificação de índices de reajustamento.	Descontinuidade ou alteração do índice de reajuste	Atraso no pagamento da diferença do valor	Manter os pagamentos com os valores vigentes até a adoção de novo índice. Promover o pagamento das diferenças de valores após a adoção de novo índice. Apostilamento/ Termo Aditivo.	CONTRATANTE
15	GESTÃO	Atraso nos pagamentos por parte da Codhab	Falta de dotação orçamentária e empenho para suportar a execução.	Aplicação de juros e mora à Codhab. Atraso na execução por parte da contratada. Impacto na capacidade financeira operacional da contratada. Judicialização.	Solicitar a dotação orçamentária e empenho previamente a execução dos serviços. Proceder os pagamentos nos prazos estabelecidos no contrato.	CONTRATADA
16		Suspensão/ encerramento do Contrato	Alteração das atribuições institucionais da Codhab. A falta de orçamento, para irregularidades insanáveis por parte da CONTRATADA, fim do Contrato	Impacto na capacidade de entrega na Codhab. Não cumprimento das metas do Governo. Dano a imagem institucional da Codhab	Nova licitação. Apuração de responsabilidade contratual quando a contratada der causa.	CONTRATANTE E CONTRATADA
17	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ECONÔMICA OU JURÍDICA	Alteração do corpo técnico da contratada	Desligamento dos profissionais habilitados	Atraso no cronograma físico-financeiro. Não manutenção das condições de habilitação	Fiscalizar a manutenção da condições de habilitação. Solicitação recomposição da equipe técnica habilitada. Apuração de responsabilidade contratual	CONTRATADA

18		Alteração da constituição da empresa	Cisão, fusão, incorporação e/ou alteração do consórcio	Poderá impactar na execução contratual	Avaliar a manutenção das condições de habilitação. Formalizar termo aditivo, quando couber	CONTRATANTE E CONTRATADA
19	ATIVIDADE EMPRESARIAL	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratadona avaliação da hipótese de incidência tributária	Falta de planejamento na elaboração da proposta de preços	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	CONTRATADA
20		Elevação de gastos com viagens superiores ao estimado pelo Contratado	Falta de planejamento na elaboração da proposta de preços	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Melhor planejamento contratual	CONTRATADA
21	TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	Responsabilização da Codhab por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Falta de pagamento dos débitos trabalhista e previdenciários pela contratada	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a Contratante, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a estes devidos, da quantia despendida pela Contratante. Apuração de responsabilidade contratual. Execução da garantia contratual. Rescisão contratual. Judicialização pela Codhab	CONTRATADA
22	TRIBUTÁRIO E FISCAL	Responsabilização da Codhab por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda	Ausência de pagamento ou recolhimento errôneo dos débitos e créditos tributários e fiscais.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a estes devidos, da quantia dispendida	CONTRATADA

		de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Codhab.			pela Contratada	
23	ERROS DE EXECUÇÃO POR SUBCONTRATADAS	Não atendimento das condições de aceitação dos serviços ou irregularidade cometida nos casos de Subcontratação de serviços	Falta de capacidade operacional da subcontratada quando houver.	Recusa de serviço subcontratado; Retrabalhos; Descumprimento de obrigações contratuais	Aplicação dos índices de avaliação dos produtos. Solicitar refazimento dos produtos, desde que não haja prejuízo para Codhab Apuração de responsabilidade contratual.	CONTRATADA

**Equipe de Planejamento da Contratação**

INSTRUÇÃO Nº 364, DE 27 DE AGOSTO DE 2025. (179945986).

A Comissão será composta, pelos seguintes colaboradores desta Companhia:

MARCOS VINICIUS LIMA RAIMUNDO - Matrícula n.º 01200-9;

LUCAS MUNIZ SOUZA SILVA - Matrícula: 1253-X

DANIELLE MIGUEL COSTA - Matrícula n.º 1189-4.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VINICIUS LIMA RAIMUNDO - Matr.0001200-9, Coordenador(a) de Sistemas**, em 09/03/2026, às 12:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MUNIZ SOUZA SILVA - Matr.0001253-X, Coordenador(a) de Suporte**, em 09/03/2026, às 12:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE MIGUEL COSTA - Matr.0001189-4, Assessor(a) Sênior**, em 09/03/2026, às 12:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: [http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **191877552** código CRC= **9CA4E8BF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 12/13 - Bairro Asa Sul - CEP 70306-918 -  
Telefone(s):  
Sítio - [www.codhab.df.gov.br](http://www.codhab.df.gov.br)

00392-00011016/2025-93

Doc. SEI/GDF 191877552



Governo do Distrito Federal  
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
Presidência  
Divisão de Tecnologia da Informação

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**MINUTA DE CONTATO**

**CONTRATO Nº XXX/2024 – DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**Processo nº. 00392-00001354/2024-36**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – CODHAB**, empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autorização legislativa de criação pela Lei distrital nº 4.020, de 25 de setembro de 2007, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, estando vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - SEDUH, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.335.575/0001-30, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra-06, Bloco “A”, Lote 13/14, 6º andar, Edifício Sede, Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente, **[NOME]**, **[GRADUAÇÃO]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, portador da Cédula de Identidade nº X.XXX.XXX, expedida pela SSP/XX e inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em Brasília-DF, com autorização da Diretoria Executiva da CODHAB/DF, com nomeação prevista na Ata da XXXª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração desta Companhia, que ocorreu em XX de XXXXXXXX de 20XX, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal doravante denominada simplesmente CODHAB/DF, e a pessoa jurídica **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, com sede no **[ENDEREÇO DA EMPRESA]**, CEP **[CEP]**, **[CIDADE]** – **[ESTADO]**, neste ato representada por seu representante legal, **[NOME DO REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, portador da cédula de identidade nº **[Nº DA IDENTIDADE]**, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº **[Nº DO CPF]**, residente e domiciliado na **[DOMICÍLIO DO REPRESENTANTE]**, nesta Capital, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, conforme Edital de Licitação mediante **[MODALIDADE LICITATÓRIA]** nº **XXX/20XX**, realizada de acordo com a Regulamento Interno de Licitações, Contratos e

Convênios da CODHAB/DF - RILC, com a Lei nº. 13.303/2016 (Estatuto de Responsabilidade das Estatais), à qual se sujeitam as partes contratantes tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 00392-00001354/2024-36, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto desta contratação será licenças de software da plataforma Microsoft. São partes deste contrato o Estudo Técnico Preliminar **(200575387)**, o Termo de Referência/Projeto Básico **(200593046)** e a Matriz de Riscos **(191877552)**;

1.2. O presente Contrato, bem como os demais documentos citados no inciso anterior, vincula-se ao instrumento convocatório da respectiva licitação **[OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU A INEXIGIU]**, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. Os serviços a serem executados são aqueles descritos no Item **X.X [DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS]** constante do Termo de Referência e todos os seus anexos, bem como a Planilha Orçamentária **(referência do SEI)** os quais integram o presente instrumento independente de transcrição;

2.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços com estrita observância ao que dispõe o Termo de Referência e seus Anexos, à Planilha Orçamentária **(196797353)**, os termos deste contrato e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº. **00392-00011016/2025-93** CODHAB, que integram o presente instrumento, independente de transcrições;

2.3. O contrato será executado de forma indireta **[OU DIRETA, CONFORME O CASO]**, em regime **[NOS CASOS DE CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS, OBSERVAR O INCISO IV DO ARTIGO 42 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA CODHAB/DF - RILC]**.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS**

3.1. O fornecimento do objeto se dará com a emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pelo CONTRATANTE, ocasião a partir da qual começará a contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento.

3.2. O Contrato do objeto solicitado, terá vigência enquanto durar a garantia ofertada para os materiais, contada a partir da data de sua assinatura, e terá eficácia leal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

3.3. O prazo para execução dos serviços contados a partir da emissão da ordem de serviço emitida pelo executor do contrato da CODHAB/DF, dentro da vigência do contrato, acrescidos dos prazos de avaliação e eventuais correções;

3.4. Não estão incluídos no prazo de execução dos serviços os prazos de avaliação pela equipe técnica, os prazos para eventuais correções e reavaliação pelo executor do contrato da CODHAB/DF;

3.5. Sendo necessário e devidamente justificado e acatado pela fiscalização do contrato, os prazos de execução dos serviços, avaliação e correção das imperfeições, poderão ser alterados pelo executor do contrato, desde que respeitado o prazo de vigência do contrato;

3.6. Os serviços serão executados dentro do prazo de vigência do contrato, observando-se o cronograma físico-financeiro.

3.7. Considerando a previsão de entrega única de acordo com cada solicitação da CODHAB, a Nota de Empenho terá força de contrato.

3.8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE.

3.9. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE preferencialmente na forma eletrônica.

#### 4. **DA GARANTIA E MANUTENÇÃO**

4.1. Deverá ser oferecida manutenção e suporte técnico pelo prazo de vigência das licenças de software adquiridas a contar da disponibilização da solução;

4.2. A manutenção deverá garantir a atualização de versões dos softwares.

4.3. O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento, manutenção e fornecimento de novas versões e modificações (updates e upgrades) para os produtos contratados.

4.4. Deverá, ainda, ser informada ao contratante página na Internet, do fabricante do(s) software(s), onde estejam disponíveis, últimas versões do(s) software(s) e informações sobre correções e reporte de problemas, sem restrições de acesso público ou via cadastramento de pessoas autorizadas para o acesso. A página deverá conter, ainda, documentação técnica detalhada do(s) software(s) contratado(s).

4.5. A garantia técnica deverá ser realizada pelo próprio fabricante ou por Assistência Técnica Autorizada com capacidade de atendimento em Brasília/DF, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia, excluindo-se a possibilidade de falta de cobertura por manutenções realizadas sem habilidade técnica necessária.

4.6. Nos casos em que a garantia técnica for prestada por meio de Assistência Técnica Autorizada, deverão ser divulgados, pelo fabricante, inclusive por meio de sítio na internet, para fins de identificação, o nome e o telefone da(s) Assistência(s) que prestará(ão) atendimento, bem como declaração do fabricante.

4.7. Todo software utilizado para o perfeito desempenho das funções dos produtos deverá ser assegurado durante todo o período de garantia, com correção de todas as possíveis falhas apresentadas e atualizações nas versões dos softwares, ocorridas no período, sem acarretar ônus para a CODHAB.

4.8. Fazem parte da garantia e terão seus custos cobertos pelo contrato as reprogramações dos sistemas que não estejam em funcionamento adequado, correções de falhas de software (bugs), bem como o acesso a versões atualizadas de módulos de software (updates, firmware, etc) disponibilizadas pelo fabricante da solução durante o prazo contratado.

4.9. O serviço de garantia deverá contemplar as manutenções corretivas e o saneamento de todos os vícios e defeitos que a solução porventura venha apresentar

4.10. Todas as licenças e itens fornecidos devem possuir garantia por um período mínimo de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo da solução.

4.11. A garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de entrega efetiva de todas as licenças, pelo fiscal do contrato, do termo de recebimento definitivo e aceite das licenças aposto na respectiva nota fiscal.

4.12. A contratada deve possuir pelo menos um contato permanente de atendimento (e-mail, whatsapp, etc) para abertura dos chamados de garantia e suporte técnico, comprometendo-se a manter registros destes constando a descrição do problema. As respostas ao chamado devem ser fornecidas com o prazo de 2 dias úteis.

4.13. Todo chamado de suporte técnico será registrado pela CODHAB, com as informações básicas sobre o chamado (data e hora da abertura, descrição do defeito, código de identificação das licenças, localização, contatos, etc). O registro será enviado para a empresa de Assistência Técnica responsável pelo atendimento para solução da possível indisponibilidade ou problema da licença, com as

informações registradas na abertura do chamado.

4.14. Antes da abertura do chamado técnico junto à CONTRATADA, as licenças serão analisados pelos técnicos da Codhab, que verificarão a ocorrência de erros possíveis. Por esse motivo, em caso de necessidade de acionamento da garantia, a abertura de chamado técnico na CONTRATADA deverá passar por um processo simplificado, de forma a reduzir o tempo de abertura do chamado.

4.15. As eventuais despesas decorrentes de mão de obra mais especializada, bem como de ferramentas para a execução de serviços, correrão por conta da Contratada;

4.16. O início da garantia se dará após a emissão do Termo de Conferência emitido pela equipe de Divisão de Tecnologia da Informação - DIVTEC, que é responsável pela conferência das licenças adquiridas pela CODHAB;

## **5. DA ENTREGA DAS LICENÇAS**

5.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega das licenças no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota Fiscal de Todas as licenças e deverão ser entregues com a documentação técnica completa e os respectivos certificados de autenticidade;

5.2. Conferência do quantitativo de licenças entregues, conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência;

5.3. Após a entrega, a CONTRATADA será responsável pelo apoio da instalação e configuração inicial das licenças, garantindo o pleno funcionamento das soluções adquiridas conforme as especificações do Termo de Referência;

5.4. O suporte para instalação deverá ser concluída no prazo máximo de 5 dias úteis, contados a partir da entrega das licenças;

5.5. Treinamento (quando aplicável): Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

5.6. Caso se veja impossibilitada de cumprir com o prazo estipulado no item anterior, a Contratada deverá, por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes de expirado o prazo, solicitar prorrogação do prazo e apresentar justificativas;

5.7. O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo, quando for o caso, deverá ser encaminhado à fiscalização da Contratante, que poderá, de modo justificado, acolher ou não o pedido;

5.8. O objeto adjudicado somente será considerado entregue quando emitido o Termo de Recebimento Definitivo dos Bens pela Contratante.

## **6. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

6.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos CODHAB, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência

6.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a

fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.5. À Equipe de Fiscalização compete, entre outras atribuições:

6.5.1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

6.5.2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;

6.5.3. Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;

6.5.4. Encaminhar à autoridade competente os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

## 7. O CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O objeto deverá estar de acordo com as especificações constantes no Item 04 deste Terni , atender ao Art. 39, inciso VIII, da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do consumidor), atender às normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (INMETRO) ou se normas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

7.2. Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá protocolar solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente justificado, e o novo prazo previsto para a entrega.

7.3. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo contratante na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a contratada da decisão proferida.

7.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 8. DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de:

8.2. 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, referente à garantia e serviço de suporte técnico das licenças.

## 9. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. O contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.3. extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

9.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual.

9.5. A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, contado da protocolização.

## 10. GARANTIA

10.1. Será exigida a prestação de garantia pela futura CONTRATADA, no percentual de 5% **(dois por cento)** do valor total do contrato, nos termos do Art. 126 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC, e, no que couber, do Art. 70 da Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

10.2. Em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC, e no que couber, com a Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), a garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

10.2.1. Caução em dinheiro;

10.2.2. Seguro-Garantia; ou

10.2.3. Fiança bancária;

10.3. Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá efetuar depósito em conta corrente da Companhia, mediante dados bancários fornecidos pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOFI;

10.4. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, da CODHAB, no art. 126, inciso II, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.5. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

10.6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa com referência ao valor total do contrato, a ser definida pela contratante.

10.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso XII do art. 155 do Regimento Interno de Licitações e Contratos – RILC, da CODHAB.

10.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017, e por consequência atendendo os requisitos da Lei 13.303/2016.

10.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de.

10.10. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

10.11. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.12. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.13. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

10.14. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos

indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.15. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta especificada pela mesma.

10.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.18. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.19. Será considerada extinta a garantia:

10.20. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.21. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado.

10.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.23. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

10.24. A CONTRATADA deverá prestar garantia técnica solidária com o fabricante dos respectivos softwares, sem ônus adicional, pelo período de 90 (noventa) dias, contra eventuais defeitos de fabricação ou falhas de qualquer natureza, ressalvado a má utilização ou negligência do usuário.

10.25. Durante a vigência do prazo proposto pelo fabricante da solução ofertada, a contratada substituirá os produtos que se façam necessários, sem quaisquer ônus para a CODHAB.

10.26. Durante o período de subscrição a Contratada atualizará os softwares entregando CD/DVD ou disponibilizará para downloads, sem ônus adicionais para o Contratante, novas versões ou releases dos softwares, se for o caso;

10.27. A atualização de que trata o item anterior deverá ocorrer em um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de lançamento da nova versão ou release.

## 11. **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

11.1. O valor global do contrato será de **R\$XXXXXXX (POR EXTENSO)**.

## 12. **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato são procedentes dos orçamentos informados abaixo:

12.1.1. Unidade Orçamentária: 28209;

12.1.2. Programa de Trabalho: **XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX**;

12.1.3. Fonte de Recursos: **XXX**;

12.1.4. Natureza da Despesa: **XX.XX.XX**;

12.2. O valor do empenho **[INTEGRAL OU INICIAL]** é de **R\$XXXXXX (POR EXTENSO)**, conforme Nota de Empenho Nº **20XXNEXXXXXX** emitida em **XX/XX/20XX** sob o evento **XXXXXX** na modalidade

**XXXXXX [GLOBAL/ESTIMATIVO/ORDINÁRIO].****13. DO PAGAMENTO**

13.1. Para efeito de pagamento, as futuras CONTRATADAS deverão apresentar os documentos abaixo relacionados:

13.1.1. I - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

13.1.2. II - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

13.1.3. III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

13.1.4. IV - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais.

13.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

13.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente do fornecedor, descrição do objeto fornecido.

13.4. As faturas com valores superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser liquidadas mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente no Banco de Brasília S/A – BRB, conforme estabelece o decreto Distrital 32.767/2011, desde que a empresa seja sediada no Distrito Federal. Nos demais casos, a liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela futura CONTRATADA.

**14. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTIMADOS**

14.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
<u>1</u>	MICROSOFT 365 APP FOR ENTERPRISE	367
<u>2</u>	OFFICE 365 E3	10
<u>3</u>	POWER BI PRO	4
<u>4</u>	WINDOWS SERVER 2025 STANDARD	1

**15. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES**

ITEM	SOFTWARE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	MICROSOFT 365 APP FOR ENTERPRISE	Conjunto de aplicativos do Microsoft Office, incluindo Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Teams e outros. Oferece atualizações contínuas,	367

		recursos avançados de produtividade, segurança aprimorada e integração nativa com serviços na nuvem Microsoft	
02	OFFICE 365 E3	Pacote corporativo que inclui aplicativos do Office, e-mails corporativos via Exchange Online, ferramentas colaborativas como Teams e SharePoint, além de funcionalidades de segurança e gerenciamento avançadas. Ideal para ambientes que exigem comunicação centralizada e produtividade integrada em nuvem.	10
03	POWER BI PRO	Licença voltada à análise de dados e criação de dashboards interativos. Permite compartilhamento e colaboração em relatórios, atualização automática de fontes de dados e integração com diversas plataformas corporativas. Indicado para tomada de decisão baseada em dados.	4
04	WINDOWS SERVER 2025 STANDARD	Sistema operacional de servidor projetado para gerenciamento seguro e eficiente de redes, arquivos e aplicações corporativas. Suporta virtualização básica, oferece recursos avançados de segurança, controle de acesso e integração com ambientes híbridos.	1

## 16. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

16.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo as licenças e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

16.2. O Termo de Confidencialidade e sigilo da Contratada, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Anexo deste Termo de Referência.

## 17. **SANÇÕES**

17.1. Com fundamento no Art. 158 do RILC da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, nos artigos 82 e 83 da Lei Federal nº. 13.303/2016, e das demais legislações vigentes, no caso de atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, assegurada a prévia e ampla defesa e facultada à CODHAB/DF, em todo caso, a rescisão unilateral do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

17.1.1. I - Advertência;

17.1.2. II - Multa nos seguintes casos:

17.1.3. em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

17.1.4. em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

17.1.5. pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

17.1.6. no caso de atraso na entrega da garantia contratual, prevista no subitem 8.1, incidirá multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

17.1.7. nos demais casos de atraso, incidirá multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

17.1.8. no caso de inexecução parcial, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

17.1.9. no caso de inexecução total, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

17.1.10. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a CONTRATADA deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia;

17.1.11. Havendo concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF para fins de registro;

17.1.12. O não pagamento da multa ensejará a execução da garantia contratual, proporcionalmente;

17.1.13. Caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos.

17.1.14. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

17.1.14.1. a) Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);

17.1.14.2. b) O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

17.1.14.3. c) A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

17.1.14.4. d) Se a sanção de que trata o caput deste item 28.1.14 for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CODHAB/DF poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

17.1.14.5. e) A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

17.1.15. As sanções previstas nos incisos I e III do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, em processo apartado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.1.16. Também serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

17.1.16.1. - impedimento de licitar e contratar;

17.1.16.2. - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2. Na aplicação da sanção prevista no caso de multa será facultada a defesa do interessado no prazo estabelecido conforme Regulamento Interno de Licitações, contado da data de sua intimação.

17.3. A aplicação das sanções em casos de circunstâncias agravantes ou atenuantes ou dos danos que dela provierem para a Administração Pública, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.3.1. A comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

17.3.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.3.3. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.3.4. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

17.3.5. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

17.3.6. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

17.3.7. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17.5. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.8. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

17.8.1. I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

17.8.2. II - pagamento da multa;

17.8.3. III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

17.8.4. IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

17.8.5. V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.9. A sanção pelas infrações previstas exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 18. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

18.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo, qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exija medidas corretivas por parte da Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.2. Comunicar à Contratada qualquer anormalidade ocorrida na entrega das licenças, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente sanadas.

18.3. Recusar o recebimento e solicitar a correção dos itens que não estejam em conformidade com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.

18.4. Efetuar os pagamentos nas condições e valores pactuados, desde que não haja impedimento legal, mediante crédito na conta corrente da Contratada, por meio de ordem bancária, no domicílio bancário informado para essa finalidade.

18.5. Emitir Nota de Empenho (NE) em favor da CONTRATADA.

18.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

18.7. Requisitar somente o tipo de material objeto do presente Termo de Referência.

18.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente

atestada pelo executor e, das certidões de regularidade fiscal e trabalhista (GDF, UNIÃO FGTS e CNDT da Justiça do Trabalho).

18.9. As providências que ultrapassarem as competências do Executor serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas necessárias ao restabelecimento da situação de normalidade do contrato.

18.10. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA nas dependências das unidades da CODHAB/DF, desde que, seus empregados estejam com crachá de identificação.

18.11. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

18.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TI.

## 19. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. Entregar as licenças em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas deste Termo de Referência e do Instrumento Convocatório, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

19.2. A CONTRATADA terá um prazo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega do material pleiteado.

19.3. Sanar, durante o prazo de validade da manutenção e suporte técnico, quaisquer irregularidades observadas pelo Contratante, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, após recebimento da notificação.

19.4. Caso os produtos fornecidos não sejam de fabricação nacional, deverá ser apresentada original ou cópia autenticada da respectiva Declaração de Importação ou comprovação de que os mesmos foram adquiridos de empresas no mercado nacional que quitaram todos os tributos previstos em lei.

19.5. Promover imediata substituição dos itens em decorrência de defeitos de fabricação ou em virtude de erros de fornecimento ou desaprovação por parte da CODHAB/DF.

19.6. Prestar informações e esclarecimentos, verbais ou por escrito, sempre que solicitado pela Contratante.

19.7. Comunicar previamente e por escrito eventuais atrasos, anormalidades ou paralisações, prestando os esclarecimentos e justificativas julgadas necessárias, pelo que serão avaliados e, por extensão, decididos pelo executor e pela CODHAB/DF.

19.8. Requisitos técnicos Declaração de capacidade de comercialização de produtos Microsoft.

19.9. A licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta, declaração informando está apta e autorizada a comercializar os produtos e/ou serviços objeto da licitação. A critério da Administração, considerando o alto volume financeiro envolvido e que os produtos são fornecidos diretamente pela Microsoft, poderá ser necessário diligenciar o fabricante, visando obter informações sobre credenciamento e/ou autorização deste para com o licitante.

19.10. Requisitos de Manutenção e Suporte.

19.11. Durante todo o período de vigência do Contrato, a empresa a ser contratada deverá fornecer suporte básico aos softwares do fabricante MICROSOFT, a ser acionado por meio de central de atendimento disponível por meio de sítio na internet, e-mail e telefone, sem custo adicional ao CONTRATANTE para consultas, aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise, durante 24(vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano,

obrigatoriamente em português brasileiro. Manter durante toda a execução todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

19.12. Não poderá haver limitação para o número de chamados técnicos registrados no período da vigência do contrato.

19.13. A forma de atendimento dos chamados técnicos será preferencialmente remota, podendo ser realizada presencialmente quando necessário ou recomendável. No caso de atendimento remoto, a CONTRATADA deve informar por e-mail o fiscal técnico do Contrato, assim que o atendimento for iniciado, e após sua conclusão, contendo evidências das atividades executadas. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser previamente combinada com o CONTRATANTE.

19.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

19.15. Apresentar Nota Fiscal de acordo, a qual deverá conter todos os custos envolvidos e eventuais descontos porventura concedidos, bem como cópias das Certidões de regularidade fiscal e trabalhista com o Distrito Federal, União, FGTS, INSS e CNDT da Justiça do Trabalho.

19.16. Promover o fornecimento do material dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observados, especialmente, os endereços, dias e horários fixados no Termo de Referência.

19.17. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CODHAB/DF.

19.18. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CODHAB/DF.

19.19. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CODHAB/DF.

19.20. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

19.21. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

19.22. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, para o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede ou matriz econômica seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal;

19.23. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

19.24. Abster-se de veicular publicidade ou divulgar qualquer informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização da CODHAB.

19.25. A contratada será responsável por qualquer prejuízo que venha causar a Codhab em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ligadas ao produto objeto da contratação.

19.26. A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela

ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos produtos objeto da contratação.

19.27. Entregar as licenças no prazo máximo definido neste Termo, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.

19.28. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos e condições não sejam cumpridas;

19.29. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, incluindo o período da garantia dos produtos, as informações relativas à política de segurança.

19.30. A CONTRATADA está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar no 105/2001 e da LGPD, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

## 20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, estabelecida em território nacional que comprove ter fornecido licenças/subscrições de serviços, em características e quantidades compatíveis previsto neste Termo de Referência, conforme detalhado na tabela abaixo

20.2.

ITENS	CAPACIDADE	COMPROVAÇÃO
1	Ter fornecido ao menos: <b>367 LICENÇAS MICROSOFT 365 APP FOR ENTERPRISE</b>	Atestado(s) de capacidade técnica
2	Ter fornecido ao menos: <b>10 OFFICE 365 E3</b>	Atestado(s) de capacidade técnica
3	Ter fornecido ao menos: <b>4 POWER BI PRO</b>	Atestado(s) de capacidade técnica
4	Ter fornecido ao menos <b>1 WINDOWS SERVER 2025 STANDARD</b>	Atestado(s) de capacidade técnica

20.3.

## 21. DA SUSTENTABILIDADE

21.1. A empresa deverá assegurar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade ambiental e social estabelecidos nos documentos normativos e legais aplicáveis, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional sustentável e minimizar o impacto ambiental de suas atividades. Para tanto, quando aplicável.

22. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

22.1. A licitante não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado.

23. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

23.1. Os casos omissos serão dirimidos de acordo com as normas jurídicas aplicáveis e, em especial, com a Lei Federal nº 13.303/2016 e no que couber de acordo com Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC.

24. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

24.1. O presente contrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal sob a responsabilidade da CODHAB/DF.

25. **DOS ANEXOS**

25.1. Integram este contrato, como anexos, as cópias do edital de licitação (Pregão Eletrônico n. XXXX/20XX – id. XXXX), da proposta comercial da CONTRATADA (id. XXXX) e do Termo de Confidencialidade e Sigilo da CONTRATADA (id. XXXX), das quais os signatários declaram ciência.

25.2. No caso de conflito prevalecem as disposições constantes deste contrato.

25.3. As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

25.4. A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

25.5. A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato.

25.5.1. Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

25.6. Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

25.7. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

25.7.1. a compatibilidade com a finalidade especificada;

25.7.2. o interesse público;

25.7.3. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

26. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

26.1. É competente o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato.

26.2. E, por estarem assim justos e de acordo, assinam o presente.

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*

Brasília, XX de XXXXXXXX de 2026.

Pela CONTRATANTE:

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor-Presidente

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – CODHAB

Pela CONTRATADA:

---

[NOME DO REPRESENTANTE]

Representante Legal

Nome da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MUNIZ SOUZA SILVA - Matr.0001253-X, Coordenador(a) de Suporte**, em 24/04/2026, às 17:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VINICIUS LIMA RAIMUNDO - Matr.0001200-9, Coordenador(a) de Sistemas**, em 24/04/2026, às 17:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE MIGUEL COSTA - Matr.0001189-4, Assessor(a) Sênior**, em 24/04/2026, às 17:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: [http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **201164890** código CRC= **F5EA5C2F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 12/13 - Bairro Asa Sul - CEP 70306-918 -  
Telefone(s):  
Sítio - [www.codhab.df.gov.br](http://www.codhab.df.gov.br)

00392-00011016/2025-93

Doc. SEI/GDF 201164890



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90004\2026-CODHAB**

## **ANEXO IV**

### **Modelo de Proposta**

(Em Papel timbrado da Licitante)  
(Local e data)

À Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: PE \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-CODHAB.

Processo: 0392. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Prezados Senhores,

Apresentamos a nossa Proposta de Preços, detalhada nos documentos anexos, para execução do objeto da licitação em referência, conforme edital e anexos, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

- O nosso preço total para o fornecimento dos produtos é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme discriminado na planilha de preços, anexa, contendo os preços unitários e totais do item cotado.

- Declaramos que nos nossos preços propostos estão incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita execução dos serviços, inclusive despesas com eventuais projetos, materiais, mão de obra, especializada ou não, cadastros dos serviços executados, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, e demais regulamentos e municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto da licitação, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CODHAB.

- Declaramos que iremos fornecer os produtos de acordo com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital, inclusive no tocante a prazos de execução e de entrega.

- Indicação dos prazos de execução e vigência do contrato ou instrumento equivalente, conforme definido no Termo de Referência quanto aos prazos de fornecimento dos produtos: \_\_\_\_\_

- Especificidades conforme Edital, se consórcio, quando for o caso.

- Especificidades conforme Edital, se ME/EPP, quando for o caso.



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

## EDITAL DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90004\2026-CODHAB

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>Quantidade Estimada</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor Total</u>
<u>1</u>	MICROSOFT 365 APP FOR ENTERPRISE	367		
<u>2</u>	OFFICE 365 E3	10		
<u>3</u>	POWER BI PRO	4		
<u>4</u>	WINDOWS SERVER 2025 STANDARD	1		
<u>VALOR TOTAL</u>				<u>R\$</u>

### DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

#### MICROSOFT 365 APP FOR ENTERPRISE

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Conjunto de aplicativos do Microsoft Office, incluindo Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Teams e outros. Oferece atualizações contínuas, recursos avançados de produtividade, segurança aprimorada e integração nativa com serviços na nuvem Microsoft

#### OFFICE 365 E3

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------

**EDITAL DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90004\2026-CODHAB**

02	Pacote corporativo que inclui aplicativos do Office, e-mails corporativos via Exchange Online, ferramentas colaborativas como Teams e SharePoint, além de funcionalidades de segurança e gerenciamento avançadas. Ideal para ambientes que exigem comunicação centralizada e produtividade integrada em nuvem.
----	--

**POWER BI PRO**

ITEM	DESCRIÇÃO
03	Licença voltada à análise de dados e criação de dashboards interativos. Permite compartilhamento e colaboração em relatórios, atualização automática de fontes de dados e integração com diversas plataformas corporativas. Indicado para tomada de decisão baseada em dados.

**WINDOWS SERVER 2025 STANDARD**

ITEM	DESCRIÇÃO
04	Sistema operacional de servidor projetado para gerenciamento seguro e eficiente de redes, arquivos e aplicações corporativas. Suporta virtualização básica, oferece recursos avançados de segurança, controle de acesso e integração com ambientes híbridos.

- Validade da Proposta:

- Dados Bancários nos termos do Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO  
CODHAB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-

**ANEXO V**  
**Modelo de Declaração ME/EPP**

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: PE \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-CODHAB.

Processo: 0392. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Empresa licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual/Distrital nº: \_\_\_\_\_

DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

**MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO  
CODHAB**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-**

## **ANEXO VI**

### **Modelo de Declaração Inexistência Fatos Impeditivos**

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: PE \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-CODHAB.

Processo: 0392. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, com endereço sito à \_\_\_\_\_, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não se enquadra nos impedimentos descritos no artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações, bem como no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quando couber, no artigo 5º inciso IV da Lei nº 12.846/2013 Decreto 37.296/2016 e no artigo 36 da Lei nº 12.529/2011, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

**MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO  
CODHAB**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-**

## **ANEXO VII**

### **Modelo de Declaração Lei 5.061/2013**

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: PE \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ -CODHAB.

Processo: 0392. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Empresa licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual/Distrital nº: \_\_\_\_\_

DECLARA, para fins do disposto no art. 118 do RILC, e pela Lei 5.061/2013, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.**

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO  
CODHAB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-

## ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: PE \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-CODHAB.

Processo: 0392. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Empresa licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual/Distrital nº: \_\_\_\_\_

DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente certame.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

**MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO  
CODHAB**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-**

## **ANEXO IX**

### **Modelo de Declaração Lei 6.679/2020**

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: PE \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-CODHAB.

Processo: 0392. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Empresa licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual/Distrital nº: \_\_\_\_\_

Declaro conhecimento sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres, que dispõe a Lei 6.679, de 24 de setembro de 2020, e que encaminharemos a documentação comprobatória no prazo estabelecido em lei.

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento  
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de  
Licitação - CPL

**MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO  
CODHAB**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-**

## **ANEXO X**

Modelo de Declaração Decreto Distrital 39.860/2019

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: PE \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ -CODHAB.

Processo: 0392. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Empresa licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual/Distrital nº: \_\_\_\_\_

Representante

Legal:

CPF: \_\_\_\_\_

Declaro não incorrer nas vedações previstas no art. 44 da Lei no 13.303/2016, e no art. 1º do Decreto nº 39.860/2019 do Governo do Distrito Federal.

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do representante legal.

Cargo - nome da empresa licitante

CPF \_\_\_\_\_